
Plano de Saneamento Financeiro

Município de Alcanena

2011 - 2023



**RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO
FINANCEIRO**

(7.º RELATÓRIO)

Reportado a 31-12-2014

(após apuramento de resultados)



Índice

RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO	1
ENQUADRAMENTO.....	4
INTRODUÇÃO	5
FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO	6
1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	7
2. DATA DO VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	7
3. MONTANTE DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO:.....	7
4. PRAZOS	7
5. VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL:	7
A) ULTRAPASSAGEM DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 37.º DA LFL	7
B) EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MONTANTE SUPERIOR A 40% DAS RECEITAS TOTAIS DO ANO ANTERIOR	8
C) RÁCIO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, INCLUINDO O VALOR DOS PASSIVOS EXCECIONADOS PARA EFEITOS DE CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, EM PERCENTAGEM DA RECEITA TOTAL SUPERIOR A 200%	8
D) PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES – PMP (A) (N.º DIAS)	8
6. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO RELATIVAMENTE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (À DATA DE 31-12-2014).....	9
7. EVOLUÇÃO DA RECEITA (BRUTA) E DA DESPESA	9
8. CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA	10
9. BALANCETE DE TERCEIROS NOS ANOS DE 2011 A 31-12-2014	10
10. DESPESAS COM PESSOAL 2011 A 31-12-2014	11
11. PESSOAL AO SERVIÇO 2009 A 31-12-2014	13
12. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO [ART.º 4.º, N.º 2, DO DL N.º 38/2008. DE 07.03]	14
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA	31
RECEITAS CORRENTES	34
01 - IMPOSTOS DIRETOS.....	34
02 - IMPOSTOS INDIRETOS	34
04 - TAXAS, MULTA E OUTRAS PENALIDADES.....	35
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	35
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35



07 - VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES.....	36
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTE	38
RECEITAS DE CAPITAL.....	39
09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO.....	39
10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	39
12 - PASSIVOS FINANCEIROS	40
13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40
15 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	40
16 - SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR.....	40
<u>EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA</u>	<u>41</u>
DESPESAS CORRENTES.....	48
01 - DESPESAS COM PESSOAL	48
02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	50
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS	51
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51
05 - SUBSÍDIOS	51
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52
DESPESAS DE CAPITAL	52
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	52
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	53
09 - ATIVOS FINANCEIROS	54
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	54
<u>BALANÇO EM 31-12-2014</u>	<u>56</u>
<u>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-2014</u>	<u>66</u>
<u>ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL.....</u>	<u>70</u>
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>72</u>



ENQUADRAMENTO

Relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), reportado à data de 31-12-2014, elaborado de acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, conjugado com o definido no artigo 86.º da mesma lei, reportando-se este artigo à anterior alínea c) do artigo 40º da revogada Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL - Lei das Finanças Locais).

Dispõe a alínea c) do n.º 4 do artigo 40º, da Lei 2/2007, acima mencionada, que, “Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos”.

Dispõe também o artigo 6.º do revogado Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, que “O acompanhamento do plano de saneamento financeiro é efetuado mediante o envio aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais dos relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da LFL, no prazo máximo de 30 dias após o final do semestre a que reportam.

Este relatório será enviado à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, para o cumprimento daquele prazo.

Este relatório substitui o anteriormente efetuado antes de apuramento de resultados, aprovado na reunião do órgão executivo realizada em 16-02-2015 e também enviado aquela direção geral.



INTRODUÇÃO

Observando o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da revogada Lei das Finanças Locais os empréstimos de saneamento financeiro foram contratados, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, tendo em conta que o resultado da operação não aumentava o endividamento líquido do Município.

O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, aprovado em 2011, compreendeu a contratação de dois empréstimos de Médio Longo Prazo, no valor total de € 5.000.000,00, para pagamento de dívidas de curto prazo.

Foi contratado um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de € 3.500.000,00, e um empréstimo no valor de € 1.500.000,00 com a Caixa Económica Montepio Geral, S.A..

Ambos os empréstimos foram visados pelo Tribunal de Contas em 28 de Outubro de 2011.

Os valores relativos aos dois empréstimos foram creditados nas respetivas contas bancárias do Município de Alcanena em 23-11-2011.

Os valores foram registados no respetivo orçamento da receita do Município no dia 24-11-2011;

Os pagamentos dos documentos de dívida foram efetuados no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2011.



FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Faz parte integrante deste relatório a ficha de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro elaborada de acordo com o modelo disponibilizado pela DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais.

Nesta ficha está evidenciada a evolução financeira do Município, a evolução do endividamento líquido municipal e de endividamento de médio longo prazos e do PMP (prazo médio de pagamento a fornecedores).

Evidencia-se a evolução da receita cobrada e da despesa paga, bem como os saldos das contas de terceiros.

Desagregam-se os valores das despesas com pessoal pagas e evolução do pessoal ao serviço.

De uma forma resumida, demonstra-se a execução das medidas enumeradas no PSF, quer de redução da despesa, quer da maximização da receita, e os impactos previstos no plano de saneamento financeiro, bem como no valor efetivamente realizado até 31 de dezembro de 2014.

Esta ficha de acompanhamento é também constituída pelos seguintes anexos:

Anexo I – Cálculo do PMP;

Anexo II – Cálculo do endividamento líquido e do endividamento de MLP;

Anexo III - Mapas Resumo de Fluxos de Caixa;

Anexo IV – Balanço;

Anexo V - Mapa de Execução da Despesa por económica;

Anexo VI – Mapa de Execução da Receita.

Anexo VII – Demonstração de Resultados

**FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO****1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO****ALCANENA****2. DATA DO VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS****28-10-2011****3. MONTANTE DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO:**

(em euros)

5.000.000,00**Montante utilizado à data:**

5.000.000,00

Montante de dívidas por liquidar:

0,00

4. PRAZOS**4.1. Prazo do empréstimo de saneamento: 12 anos****4.2. Período de diferimento: 18 meses****5. VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO CONJUNTURAL:**

[observação das situações previstas no art.º 8.º, n.º 1, do DL n.º 38/2008, de 07.03, de acordo com os dados reportados a 31.12.14]

A) ULTRAPASSAGEM DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO PREVISTO NO N.º 1 DO ART.º 37.º DA LFL

(em euros)

Limite Endividamento Líquido em 2014	Endividamento Líquido – 31-12-2014			Margem de Endividamento Líquido
	Incluindo montantes legalmente excecionados	Excluindo montantes legalmente excecionados	Contribuição SM, AM e SEL	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (1) – (3)
€ 9.015.995,80	€ 8.172.354,45	€ 5.322.581,32	€ - 112.896,05	€ 3.693.414,48



B) EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MONTANTE SUPERIOR A 40% DAS RECEITAS TOTAIS DO ANO ANTERIOR

(em euros)

Total das Receitas (2013)	Total das dívidas a fornecedores (31-12-2014)	40% das Receitas Totais	Dívidas a fornecedores >40% das receitas totais (ano 2013)
(1)	(2)	(3) = (1) * 40%	(4) = (3) - (2)
€ 11.680.473,61	€ 408.924,44	€ 4.672.189,44	Não existem € 4.263.265,00 (inferiores)

Fonte: Mapa Anexo VI

C) RÁCIO DOS PASSIVOS FINANCEIROS, INCLUINDO O VALOR DOS PASSIVOS EXCECIONADOS PARA EFEITOS DE CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO, EM PERCENTAGEM DA RECEITA TOTAL SUPERIOR A 200%

(em euros)

Total das Receitas (2014)	Passivos Financeiros, incluindo excecionados (31-12-2014)	Rácio Passivos Financeiros, incluindo excecionados sobre Receitas Municipais	Passivos financeiros, incluindo os excecionados para EL>200% Receitas totais (ano N-1)
(1)	(2)	(3) = (2)/(1)	(4) = (3) se (3) > 200%
€ 11.447.458,09	€ 11.461.285,17	100,12 %	inferior

D) PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES – PMP (A)

(N.º DIAS)

31-12-2009 (1)	31-12-2010 (2)	31-12-2011 (3)	31-12-2012 (4)	31-12-2013 (5)	31-12-2014 (6)
260	476	228	35	38	60

Fonte: Mapa Anexo I



6. SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO RELATIVAMENTE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (À DATA DE 31-12-2014)

(em euros)

Limite Endividamento médio e longo prazos	Endividamento médio e longo prazos			Valor ultrapassado
	Incluindo montantes legalmente excecionados	Excluindo montantes legalmente excecionados	Contribuição SM, AM e SEL	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (3) – (1)
€ 7.212.796,64	€ 11.489.733,16	€ 8.639.960,03	€ 28.447,99	€ 1.427.163,39

Fonte: Mapa Anexo II

7. EVOLUÇÃO DA RECEITA (BRUTA) E DA DESPESA

Rubricas	Valores absolutos			Valores absolutos (variação 2013/2014)	Taxa da Variação	
	2012	2013	31-12-2014		2012/2013	2013/2014
1- Saldo Inicial ^(a)	46.059,77	131.478,61	184.409,91	52.931,30	185,45	40,26
2 - Reposições não abatidas nos pagamentos	12.020,75	3.997,55	4.780,91	783,36	-66,74	19,60
3 - Receita Corrente	7.917.381,55	9.680.646,98	10.400.185,35	719.538,37	22,27	7,43
4 - Despesa corrente	6.908.523,65	7.494.190,28	7.702.207,22	208.016,94	8,48	2,78
5 - Receita de Capital	3.678.943,21	1.864.350,47	858.081,92	-1.006.268,55	-49,32	-53,97
6 - Despesa de Capital	4.614.403,02	4.001.873,42	3.249.533,10	- 752.340,32	-13,27	-18,80
7 - Receita Total (1+2+3+5)	11.654.405,28	11.680.473,61	11.447.458,09	- 233.015,52	0,22	-1,99
8 - Despesa Total (4+6)	11.522.926,67	11.496.063,70	10.951.740,32	- 544.323,38	-0,23	-4,73

(a) Saldo gestão anterior – execução orçamental

Fonte: Mapas Resumo de Fluxos de Caixa – Anexo III.



8. CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA

Ano	Empréstimo	Pagamentos dívidas	Recebimentos empréstimo
2011	Contratado com a CGD	€ 3.500.000	€ 3.500.000
2011	Contratado com o Montepio	€ 1.500.000	€ 1.500.000

9. BALANCETE DE TERCEIROS NOS ANOS DE 2011 A 31-12-2014

Descrição		2011	2012	2013	2014	Taxa de Variação		
		4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)	2011/2012	2012/2013	2013/2014
22	Fornecedores	171.828,04	368.880,51	280.963,45	180.876,89	114,68	-23,83	-35,62
252	Credores pela execução do orçamento	0,00			0,00	-	-	-
261	Fornecedores de imobilizado	925.974,18	856.433,56	733.958,08	228.047,55	-7,51	-14,30	-68,93
265+266	Outros credores curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
267	Consultores, assessores e intermediários	0,00	0,00	6.150,00	0,00	-	-	-100,00
Leasing médio e longo prazos		0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
Total dívidas a fornecedores (22 a 267) - leasing mlp		1.097.802,22	1.225.314,07	1.021.071,53	408.924,44	11,62	-16,67	-59,95
24	Estado e outros entes públicos	91.588,58	87.538,00	94.891,49	62.993,99	-4,42	8,40	-33,61
262	Pessoal	2.060,58	1.197,23	3.509,91	2.491,01	-41,90	193,17	-29,03
263	Sindicatos	463,41	507,19	486,59	475,49	9,45	-4,06	-2,28
264	Administração autárquica	223.954,11	101.680,76	50.258,29	24.994,32	-54,60	-50,57	-50,27
268	Outros credores	35.139,83	28.756,28	190.617,65	205.136,50	-18,17	562,87	7,62
Subtotal		353.206,51	219.679,46	339.763,93	296.091,31	-37,80	54,66	-12,85
2311	Empréstimo de curto prazo		0,00	0,00	0,00			-
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	16.089.252,85	14.787.939,48	13.186.097,71	11.461.285,17	-8,09	-10,83	-13,08
TOTAL		17.540.261,58	16.232.933,01	14.546.933,17	12.166.300,92	-7,45	-10,39	-16,37

Fonte: Balanço – Anexo IV



10. DESPESAS COM PESSOAL 2011 A 31-12-2014

Rubricas	2011	2012	2013	2014
Remunerações Certas e Permanentes	2.590.087,69	2.223.285,57	2.303.845,77	2.328.571,63
Remunerações	1.963.300,26	1.854.475,84	1.779.175,67	1.789.458,56
Representação	31.763,76	33.492,67	28.359,66	37.884,01
Subsídio de Refeição	199.242,80	185.040,52	178.025,22	176.262,46
Subsídio de Férias e Natal	339.913,08	104.706,99	284.250,42	282.728,32
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	55.867,79	45.569,55	34.034,80	42.238,28
Abonos Variáveis	133.118,16	52.530,35	59.308,34	54.842,62
Horas Extraordinárias	32.907,23	19.994,39	9.083,79	16.460,12
Ajudas de Custo	2.180,27	2.355,37	3.074,61	2.577,89
Abono para Falhas	4.645,26	4.487,05	3.250,90	3.257,82
Formação	0,00	0,00	0,00	0,00
Colaboração Técnica especializada		0,00	0,00	0,00
Subsídio de Trabalho nocturno	4.788,72	5.188,09	5.212,79	4.957,11
Subsídio de Turno	0,00	0,00	0,00	0,00
Indemnizações por cessação de funções	84.269,84	9.328,99	6.046,80	7.816,72
Outros Suplementos e Prémios	4.326,84	11.176,46	32.639,45	19.772,96
Segurança Social	1.229.609,89	512.871,04	610.978,06	637.948,50
Encargos com a saúde	717.248,00	97.942,85	87.254,39	101.565,58
Outros encargos com a saúde	24.223,88	20.692,90	21.674,39	23.559,44
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	11.175,10	9.270,89	9.031,85	8.027,27
Outras Prestações Familiares	8.648,16	6.035,54	4.304,60	3.352,56
Contribuições para a Segurança Social	419.003,20	344.767,66	455.190,84	468.685,73
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	2.916,15	1.765,80	1.901,05	1.919,85
Outras Pensões	62,68	0,00	0,00	188,04
Seguros	46.332,72	32.395,40	31.620,94	30.650,03
Total Pago no ano	3.952.815,74	2.788.686,96	2.974.132,17	3.021.362,75



Taxa da Variação				
Rubricas	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Remunerações Certas e Permanentes	-9,23	-14,16	3,62	1,07
Remunerações	-10,54	-5,54	-4,06	0,58
Representação	-13,82	5,44	-15,33	33,58
Subsídio de Refeição	-6,36	-7,13	-3,79	-0,99
Subsídio de Férias e Natal	-0,09	-69,20	171,47	-0,54
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	-18,87	-18,43	-25,31	24,10
Abonos Variáveis	0,72	-60,54	12,90	-7,53
Horas Extraordinárias	-53,03	-39,24	-54,57	81,20
Ajudas de Custo	-33,97	8,03	30,54	-16,16
Abono para Falhas	1,79	-3,41	-27,55	0,21
Formação	-100,00	-	-	-
Colaboração Técnica especializada		-	-	-
Subsídio de Trabalho nocturno	5,08	8,34	0,48	-4,90
Subsídio de Turno				-
Indemnizações por cessação de funções	242,30	-88,93	-35,18	29,27
Outros Suplementos e Prémios	-82,60	158,31	192,04	-39,42
Segurança Social	125,99	-58,29	19,13	4,41
Encargos com a saúde	2.015,40	-86,34	-10,91	16,40
Outros encargos com a saúde	1,12	-14,58	4,74	8,70
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	-35,71	-17,04	-2,58	-11,12
Outras Prestações Familiares	121,50	-30,21	-28,68	-22,12
Contribuições para a Segurança Social	-0,88	-17,72	32,03	2,96
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	136,84	-39,45	7,66	0,99
Outras Pensões	-97,25	-100,00	-	-
Seguros	19,72	-30,08	-2,39	-3,07
Total Pago no ano	11,99	-29,45	6,65	1,59

Fonte: Mapa de Execução da Despesa por económica.- Anexo V



11. PESSOAL AO SERVIÇO 2009 A 31-12-2014

2009	2010	2011	2012	2013	2014 (31-12-2014)
191	191	174	167	156	153

(1) *Fonte: Dados provenientes do Balanço Social dos anos respetivos*

Taxa da Variação			
2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
- 8,9 %	- 4,02 %	- 6,59 %	- 1,92 %

Fonte: Dados provenientes do Balanço Social dos anos respetivos



12. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO [ART.º 4.º, N.º 2, DO DL N.º 38/2008. DE 07.03]

O quadro seguinte resume a execução das medidas e os impactos previstos no plano de saneamento financeiro:

Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Período temporal necessário à recuperação da situação financeira	1. Período de 12 anos; 2. Carência de 18 meses	No PSF é indicado o valor de € 6.849.570,00 como endividamento líquido previsto para o final de 2014	O Endividamento Líquido Municipal em 31-12-2014 é no valor de € 5.322.581,32, inferior ao verificado em 31-12-2013 que era no valor de € 8.286.528,11. Cumpru-se o valor apontado no PSF com uma superação de € 1.526.988,68.
Contenção de despesa com o pessoal			
	Medida D1 - Reorganização dos Serviços	No plano perspectiva-se a redução de efetivos por via da aposentação na ordem dos 2%.	No ano de 2014 o efetivo foi reduzido em 3 trabalhadores, correspondente a uma taxa de redução de 1,92% (o efetivo passou de 156 para 153 trabalhadores)
	Medida D2 - Redução das Horas Extraordinárias	O valor máximo previsto no PSF com horas extraordinárias é de € 30.513,00.	Pagou-se no ano de 2014 o valor de € 16.460,12 relativo a horas extraordinárias, ou seja apenas 54% do valor definido no PSF.
	Medida D3 - Ajudas de Custo e Subsídio de Transporte	Para 2014 previa-se que o custo com esta rubrica orçamental de € 3.601,00.	Pagou-se no ano de 2014 o valor de € 2.577,89 relativo a ajudas de custo e subsídio de transporte (72% do valor definido no PSF)
Contenção da despesa corrente a qual não pode ultrapassar a taxa global de evolução fixada pela lei do OE para as rubricas da mesma natureza.			
	Medida D4 - Criação de Armazém Municipal	Foi equipado o espaço para o efeito no ano de 2011, com vista à implementação do armazém.	Projeto em avaliação para melhor racionalização de recursos.
	Medida D5 - Gestão de Frota Automóvel	Estavam previstas as seguintes ações: - Redução e ou substituição de viaturas; - Maximização das deslocações; - Aquisição de Autocarro; - Reavaliação da Apólice de Frota; - Aquisição de combustíveis;	- No 1º semestre de 2012 Saíram de circulação 3 viaturas. - Foram ajustadas as deslocações nas viaturas; - No ano de 2013 foram cancelados seguros de 4 viaturas, a que corresponde uma redução de cerca de € 1.331,15 ano. - No 1º semestre de 2014 foi



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			<p>cancelado o seguro de 1 viatura e incluído o seguro de uma viatura de bombeiros.</p> <p>- Concentração da localização das viaturas;</p> <p>No primeiro semestre de 2014 foi efetuada mapa com indicação do estado de conservação das viaturas municipais e identificação das que poderão ser abatidas devido ao seu estado de inoperacionalidade.</p> <p>No segundo semestre de 2014 foi realizada a hasta pública 5/2014, em 8 de setembro, com vista à alienação de viaturas, tendo tido concretizada a venda de 3 viaturas ainda no decorrer de 2014, cujo valor global obtido foi de € 8.357,89.</p>
	<p>Medida D6</p> <p>- Plano de Eficiência Energética de Edifícios</p>	<p>Estavam previstas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estudos da eficiência energética;- Medidas imediatas para redução do consumo de energia	<p>- Foi já efetuada análise de alguns contadores de energia elétrica, com vista à eventual instalação de baterias de condensadores.</p> <p>- No ano de 2013 foram cancelados 7 contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>- No ano de 2014 foram cancelados dois contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>- Foi também lançado concurso público para o fornecimento de energia em MT e BTE, cujo contrato foi assinado em 11-10-2012 (este concurso público permite a poupança anual de cerca de € 16.000,00 a ter reflexos em 2013). No ano de 2013 foi novamente lançado procedimento de contratação.</p> <p>No ano de 2014 foi lançado procedimento de contratação e respetivos contratos celebrados com vista à contratualização de energia no mercado liberalizado de energia para todas as energias MT, BTE e BTN. Todos os</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			<p>contratos de energia elétrica encontram-se no mercado liberalizado de energia.</p> <p>- Foi aprovado contrato programa com a agência MédioTejo 21.</p> <p>- Foram reajustadas as horas da iluminação pública.</p> <p>- Foi solicitado à EDP a colocação de relógios nos Postos de Transformação, tendo sido instalados cerca de 7 relógios astronómicos.</p> <p>- No primeiro semestre de 2014 foi solicitado orçamento junto da EDP para a instalação de 80 luminárias com tecnologia LED na Av.^a Marquês de Pombal e Rua 25 de Abril em Alcanena;</p> <p>- Em colaboração com a Agência MédioTejo 21 e o Centro Tecnológico das Industrias do Couro está a ser estudada a implementação de medidas que visem a eficiência energética nas piscinas municipais (Minde e Alcanena).</p> <p>- Em 30-04-2014 foi elaborado o estudo “Plano de Eficiência Energética dos Edifícios Municipais de Alcanena, com vista à redução de despesa;</p> <p>- Em Outubro de 2014 foram instalados variadores eletrónicos de velocidade nas Piscinas de Alcanena e de Minde, prevendo-se uma poupança de 34% (conforme relatórios produzidos pela MédioTejo 21 em novembro de 2014).</p>
	Medida D7 - Redução dos consumos de Água	Estava prevista a implementação de medidas de redução dos consumos de água	Medida implementada em 2011 com a colocação de equipamento de programação para rega automática.
	Medida D8 - Redução de consumíveis	Pretendia-se reduzir em 10% os custos desta natureza.	Medida implementada com a redução verificada.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	Medida D9 - Reavaliação de Contratos de Prestação de serviços em vigor		<p>Em análise contínua, na continuidade do trabalho iniciado no ano de 2010.</p> <p>No primeiro semestre de 2014 foi realizado um novo contrato de serviço de telecomunicações, que prevê uma redução substancial dos custos com as comunicações de voz fixa e móvel e de dados. A previsão aponta para uma poupança mensal na ordem dos € 1.400,00 mensais;</p> <p>Foi também realizado no primeiro semestre de 2014, novo contrato de serviço de outsourcing de impressão e cópia, com início em Maio de 2014, e que se traduz na redução da despesa conexa na ordem dos 50%.</p>
	Medida D10 - Aquisição de Equipamentos Específicos com vista à redução de custos com contratação de serviços.	<p>Estavam previstas as seguintes ações:</p> <p>- Aquisição de Equipamento para Desentupimento de Coletores;</p> <p>— Aquisição de Equipamento para Abertura de Ramais.</p>	<p>- Com a aquisição de equipamento para desentupimento de coletores, no ano de 2011, o Município não recorreu em 2012 a empresas da especialidade.</p> <p>- Apenas em situações de maior complexidade e que exigem equipamentos de grande potência são solicitados serviços externos para este tipo de atividade.</p> <p>- A execução de ramais é, atualmente, realizada com recurso a meios próprios do Município com exceção da abertura de vala em locais cujo solo seja em pedra.</p>
	Medida D11 - Apelo à iniciativa privada e de empresas locais no desenvolvimento de atividades		<p>- Em execução o estabelecimento de parcerias.</p> <p>- Existem vários donativos em géneros pelo Intermarché.</p> <p>- Existe o apoio de 4 voluntários nas atividades desenvolvidas no Cine Teatro S. Pedro.</p> <p>No âmbito do Gabinete para a Igualdade, na área referente à Igualdade nas Empresas, está previsto a promoção da</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			Responsabilidade Social das Empresas, com vista ao desenvolvimento das comunidades locais.
	Medida D12 – Empréstimo de Saneamento Financeiro	Prevista a poupança associada aos juros de mora apresentados ao Município.	No ano de 2014 foram pagos € 26.787,31, dos quais € 2.941,41 foram de juros relativos a acordos de factoring e € 18.572,55 foram de juros relativos a acordos de pagamento celebrados no âmbito da dissolução da Empresa de Melhoramentos. O valor dos juros pagos e debitados pelos diversos fornecedores foi de € 5.313,35.
	Medida D13 – Negociação dos juros já faturados.	Prevvia-se a anulação ou reavaliação dos juros de mora já faturados pelos credores.	Esta medida permitiu em 2011 o perdão de juros que ascendeu a € 50.531,81 de juros de mora devidamente contabilizados, e € 72.437,93 de juros de mora que foram apresentados ao Município no decorrer ou após a contratação dos empréstimos.
	Medida D14 – Incentivo ao Associativismo e participação dos diversos intervenientes	Pretende-se reforçar a participação da população e empresas no apoio ao associativismo.	<ul style="list-style-type: none">- Estabeleceram-se os contratos programa.- Foi criado o Conselho Municipal do Associativismo Local;- Está em vigor o protocolo existente com a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, no sentido de proporcionar ações de formação e outras vantagens às associações interessadas, tendo já as associações beneficiado de algumas formações, estão também já previstas formações para 2014.- Reforçou-se também contatos com outras entidades, INATEL, FAJUDIS, IPDJ, ADIRN, por forma a fomentar uma maior aproximação do movimento associativo Concelhio.
	Medida D15 – Rever as formas de apoio às diversas Instituições	Aprovado o Regulamento do Associativismo Local.	- Foi publicado em 19-09-2011 no DR o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local, tendo sido criado um órgão consultor, o CMAL, este órgão reúne 2 vezes no ano (uma por



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			semestre), de modo a colaborar com as medidas a tomar na área do associativismo. - Foi criada uma Comissão de Acompanhamento das atividades das Associações. - Está a efetuar-se a divulgação de todas as atividades desenvolvidas pelas Associações através de Newsletters e na Página eletrónica do Município.
	Medida D16 - Incentivo à procura de emprego e fixação de empresas.	Está em curso a Revisão do atual PDM – Plano Diretor Municipal. Foi publicada no DR 2ª Série Aviso 8188/2012 de 15 de junho, a suspensão parcial do PDM.	- Foi aprovada a suspensão parcial do PDM estando a decorrer a sua Revisão. - Foi aprovada proposta de regulamento para Centro de Acolhimento de Empresas.
	Medida D17 – IVA	Procura-se aperfeiçoar medidas de afetação real do IVA.	No ano de 2014 ocorreu o pagamento de IVA, no valor de € 25.932,55, estando no final do ano um saldo de € 3.964,43 a favor do Município. O valor do IVA pago resultou da faturação de ramais de saneamento da Serra de S. António, Casais da Moreta e Covão do Feto, cujo valor do IVA liquidado foi de cerca de 31 mil euros.
Redução dos níveis de endividamento até cumprimentos dos limites previstos	No ano de 2014 prevê-se que se cumpra com a não ultrapassagem do limite do endividamento líquido do Município	No plano estava previsto para final do ano de 2014 o valor de endividamento líquido de € 6.840.570.	O Endividamento Líquido Municipal em 31-12-2014 foi de € 5.322.581,32. No ano de 2013 o valor de endividamento líquido verificado foi de € 8.286.528,11, no ano de 2012 foi no valor de € 8.567.505,87 e no ano de 2011 era no valor de € 11.674.824,30. Reduziu-se o endividamento líquido em € 6.352.242,98 desde final de 2011.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento			
Nota: Aquando da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, não foi efetuada previsão de comparticipações de projetos para o ano de 2014, no entanto era espectável no decorrer de 2014 as comparticipações abaixo mencionadas.			
Beneficiação da Antiga Nacional 365-4 - Troço Alcanena - Malhou -Moita	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2014.	<p>Do investimento previsto para 2011 no valor de € 1.102.334,97 apenas foi realizado € 531.138,45.</p> <p>Em 2012 previa-se no PSF investimento de € 506.002,31 e realizou-se € 1.100.257,03.</p> <p>Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, tendo sido no entanto realizado o valor de € 49.533,27.</p>	<p>Está por receber o valor de € 77.574,57 relativo ao valor final da comparticipação.</p> <p>O valor ainda não foi recebido uma vez que está em análise o pedido de pagamento final.</p>
Requalificação da Antiga Nacional en-360 - Troço Minde - Vale Alto	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2014.	<p>Do investimento previsto para 2011 no valor de € 1.215.571,96 apenas foi realizado € 473.947,90.</p> <p>Em 2012 previa-se o investimento de € 555.526,71 e realizou-se € 644.516,84.</p> <p>Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, estando no entanto realizado o valor de € 775.543,93.</p> <p>Em 2014 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, tendo sido no entanto realizado o valor de € 94.575,27 relativo a revisão de preços.</p>	<p>Está por receber o valor de € 58.408,77, correspondente ao pedido de pagamento final.</p> <p>O valor ainda não foi recebido uma vez que está em análise o pedido de pagamento final.</p>
Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2014.	O investimento foi integralmente realizado nos anos de 2011 e 2012.	Na sequência da não elegibilidade de € 39.323,31 e de o Município ter recebido o valor a mais de € 13.322,16 na comparticipação recebida em 02-11-2011, teve de devolver o valor de € 47.746,98 (acerto efetuado noutra comparticipação comunitária).



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
Ampliação do Quartel dos Bombeiros	Não se previa Comparticipação Comunitária no PSF para o ano de 2014.	O investimento previsto de € 218.565,00 não foi realizado no ano de 2011. Em 2012 previa-se o investimento de € 125.664,68 e foram realizados € 210.478,35. Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, tendo sido no entanto realizado o valor de € 213.645,24.	Foi recebido no decorrer do ano de 2014 o valor de € 10.274,02. No final do ano de 2014 ficou por receber o valor de € 41.566,06 correspondente ao pedido de pagamento final.
Centro Escolar de Alcanena	Comparticipação Comunitária prevista de € 1.050.000,00	O investimento previsto no PSF era de € 1.500.000,00.	Não foi efetuada adjudicação e não existe candidatura. Em avaliação com o Ministério da Educação.
Centro Escolar de Minde	Comparticipação Comunitária prevista de € 1.050.000,00	O investimento previsto no PSF era de € 1.500.000,00.	Não foi efetuada adjudicação e não existe candidatura. Em avaliação com o Ministério da Educação.
Centro Ciência Viva do Alviela	Comparticipação Comunitária prevista de € 207.474,78 para o ano de 2011. Para 2014 não se previa receber qualquer comparticipação, tendo no entanto surgido a possibilidade de candidatura, tendo a mesma sido aprovada	Do investimento previsto de € 296.392,54 para o ano de 2011, foi realizado o valor de € 158.914,56 apenas no ano de 2012. Em 2014 não se previa a realização de qualquer investimento.	Foi aprovada candidatura em 2014, prevendo-se receber o valor de € 135.077,38 para financiamento de investimentos realizados em anos anteriores. No ano de 2014 foi recebido o valor de € 83.399,91, após a redução do valor de € 47.746,98 relativo ao acerto correspondente à Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena, pelo que o valor do financiamento foi efetivamente de € 131.146,89. No final do ano de 2014 está por receber o valor de € 13.393,08 de investimento já realizado e pago. Prevê-se também receber em 2015 o valor de € 81.342,73 de investimento a realizar em 2015.
Edifício da Divisão de Cultura, Turismo e Valorização do Património (Casa da Cultura)	Comparticipação Comunitária prevista de € 44.752,09 em 2011 e € 31.965,78 em 2012	O investimento previsto no PSF e não realizado era de € 74.586,81 para o ano de 2011. Em 2012 estava previsto no PSF investimento no valor de € 53.276,30.	No ano de 2012 foi recebido o adiantamento da comparticipação no valor de € 34.047,64 e no ano de 2013 foi recebido o valor de € 15.323,50. No ano de 2014 foi recebido o valor final de € 18.724,13.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
		<p>No final de 2012 a dotação orçamental era de € 144.603,00, tendo sido realizado o valor de € 2.214,00.</p> <p>Em 2013 não estava previsto qualquer investimento, dado que a obra terminaria em 2012, estando no entanto realizado o valor de € 141.762,75.</p>	
Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos (Praia Fluvial)	<p>Comparticipação Comunitária prevista de € 350.000,00 para o ano de 2013.</p> <p>Para 2014 não se previa receber qualquer participação</p>	<p>- O investimento previsto no PSF para o ano de 2013 foi de € 500.000,00.</p> <p>- O investimento elegível é de € 192.375,96 e a participação comunitária é de € 115.425,58.</p>	<p>No 1º semestre de 2013 foi recebido o adiantamento da participação no valor de € 57.712,79.</p> <p>Está previsto receber no ano de 2015 o valor de € 67.754,63, correspondente ao valor final da participação do projeto.</p>
Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG e SAMA (Abrange aquisição de equipamento informático)	<p>Não estava previsto no PSF, estando no entanto previsto receber em 2014 € 186.682.</p>	<p>Candidatura que prevê a participação de 85% do investimento.</p> <p>Está previsto para 2014 o investimento de € 189.417,00.</p>	<p>- No ano de 2013 foi recebido o valor de € 9.173,22, relativamente ao investimento de € 10.792,02.</p> <p>- No ano de 2014 foi recebido o valor de € 11.320,57.</p> <p>- Está previsto receber o financiamento em 2015 no valor de € 21.829,43.</p>
Estabilização de Taludes Rochosos – Alviela	<p>Foi aprovada em 2014 a candidatura ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos, com investimento elegível de € 210.995, financiado a 100%</p>	<p>Está previsto para 2014 o investimento de € 210.995,00.</p>	<p>Está previsto receber o financiamento em 2015 no valor de € 210.995.</p>
Remodelação da Rede de Coletores de Águas Residuais do sistema de Alcanena	<p>Não estava previsto no PSF.</p> <p>Em 2014 surgiu possibilidade de candidatura com financiamento comunitário até 85%. A AUSTRA financiará 74% da contrapartida nacional.</p>	<p>O Investimento previsto é de cerca de € 6.653.812 a realizar em 2014 e 2015.</p>	<p>Está previsto receber em 2015 o valor de € 6.392.741,73, sendo € 5.654.350,13 de fundos comunitários e € 738.391,61 da participação da AUSTRA.</p>
	<p>Contratação de Empréstimo excepcionado do limite</p>	<p>Previo-se o valor de € 542.422,18 em 2011, 763.389,46 em 2012 e</p>	<p>Em 2012 foi obtida resposta desfavorável relativa ao pedido de autorização para contratação do</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	geral de empréstimos de MLP (75% da contrapartida nacional)	732.220,68 em 2013, o que no total seria de € 2.038.032,32.	empréstimo
Medidas de aumento da receita (designadamente alienação de bens, fixação de taxas e tarifas)			
	Medida R1 – Derrama	Foi aplicada a taxa máxima da derrama para o ano de 2011, medida só tem reflexos financeiros a partir de 2012 e seguintes.	O valor recebido no ano de 2012 foi de € 280.387,56. O valor recebido no ano de 2013 foi de € 424.402,65. O valor recebido no ano de 2014 foi de € 698.581,23.
	Medida R2 – IMI – imposto Municipal sobre Imóveis	Foi aplicada a taxa máxima do IMI para os anos de 2012 e 2013. Para o ano de 2014 a taxa aplicada foi de 0,45% para os prédios urbanos avaliados e a taxa máxima de 0,8% para os prédios não avaliados (esta taxa apesar de não ser a taxa máxima encontra-se acima da taxa de referência do PSF de 0,4%)	O valor recebido no ano 2012 foi de € 1.506.655,94. O valor recebido no ano de 2013 foi de € 1.951.112,87, que resulta também da avaliação geral de imóveis urbanos efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira no ano de 2012. O valor recebido no ano 2014 foi de € 2.172.284,17, correspondente a € 2.069.260,47 líquidos de reembolsos e restituições.
	Medida R3 – TMDP – Taxa Municipal do Direito de Passagem	Foi aplicada a TMDP – Taxa Municipal do Direito de Passagem máxima, ou seja 0,25 % sobre a faturação. Prevvia-se o valor de € 42.111,00 por ano.	O valor cobrado foi de € 3.596,18. Existe pouca margem de aumento a cobrança desta taxa, uma vez que a sua incidência está dependente da economia local.
	Medida R4 – TOS - Taxa de Ocupação do SubSolo		- Após, em 11 de Fevereiro de 2014, ter sido realizado o arrolamento da rede de gás referente ao ano de 2013, foi solicitado junto da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos o estudo do impacte da aplicação da taxa junto dos Municípios e dos agentes económicos do Município. - Em 04 de Abril de 2014, a ERSE informou o Município que esse estudo deveria ser concretizado pela entidade concessionária pela rede de distribuição de gás natural no Município de Alcanena - Tagusgás.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			<ul style="list-style-type: none">- No seguimento, em 02 de Maio de 2014, foi solicitado o estudo em apreço à Tagusgás.- Em outubro de 2014, a Tagusgás apresentou as estimativas do impacto da aplicação da taxa nos consumidores finais.- O assunto será analisado conjuntamente com a CIMT e Municípios que a constituem.
	Medida R5 - Taxa Municipal de Proteção Civil		O regulamento não foi elaborado. Foi já elaborada informação técnica esclarecendo a possibilidade de aplicação da TMPC. Está em avaliação a sua implementação.
	Medida R6 – Fiscalização	Foram acentuadas as medidas de fiscalização relacionadas com construções, ocupação da via pública, publicidade, e outras, com vista à eventual cobrança de coimas.	<p>2 trabalhadores do Município frequentaram formação específica com vista à execução das funções de fiscal, pelo que já se encontram no exercício de tais funções, estando um a tempo inteiro e outro a tempo parcial;</p> <p>- Decorre o reforço da fiscalização.</p> <p>- O Projeto de Regulamento Municipal de Fiscalização no Concelho de Alcanena foi aprovado na reunião do órgão executivo de 20-05-2014, estando a decorrer o período de apreciação pública.</p> <p>No ano de 2014, o n.º de movimentos de fiscalização na Área do Urbanismo foi de 431.</p> <p>No ano de 2014 o valor cobrado de Coimas e penalidades por contra ordenação foi de € 49.202,17.</p>
	Medida R7 – Participação do Município no IRS	Foi aplicada a taxa máxima de 5% fixada por lei para os rendimentos de 2011.	Esta medida permitiu receber no ano de 2012 cerca de 52 mil euros a mais relativamente à taxa anteriormente aplicada e permitiu também receber cerca de 52 mil euros a mais no ano de 2013. No ano de 2014, por analogia com a taxa aplicada em 2011, o



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			acréscimo de receita será de € 55.399.
	Medida R8 – Projetos Comparticipados	<p>Aquando da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, não foi efetuada previsão de comparticipações de projetos, no entanto era previsível receber as seguintes comparticipações, no decorrer de 2014:</p> <p>1 - Projeto Sapadores Florestais: € 35.000,00; (O contrato de financiamento para 2014 foi assinado)</p> <p>2 - Projeto Rampa:</p> <p>3 - Plano Municipal da Igualdade: € 7.334,25;</p> <p>4 - Projeto Fruta Escolar (IFAP): € 5.180,32.</p> <p>5 - Projeto comparticipação de transportes escolares (POPH);</p> <p>6 – GIP – Gabinete de Inserção Profissional;</p> <p>7 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública: € 25.326,64;</p> <p>8 – Gabinete Técnico Florestal (IFAP)</p> <p>9 – INEM – Protocolo viatura</p>	<p>No ano de 2014 foram recebidos os seguintes valores:</p> <p>1 - Projeto Sapadores Florestais: No 1.º semestre de 2014 foram transferidos € 3.500 deste projeto relativos ao ano de 2013. No 2.º semestre foram transferidos € 33.250,00 relativos ao ano de 2014.</p> <p>2 – Foi recebido o valor de € 72.379,44;</p> <p>3 - Plano Municipal da Igualdade: € 6.690,92;</p> <p>4 – Foi recebido o valor de € 5.044,64;</p> <p>5 - Projeto comparticipação de transportes escolares (POPH): € 14.354,54.</p> <p>6 – Foi recebido o valor de € 11.929,10.</p> <p>7 – Foi recebido o valor de € 9.064,56.</p> <p>8 – Foi recebido o valor de € 16.820,72 relativo à comparticipação do funcionamento do ano de 2013. A comparticipação das despesas de funcionamento relativas ao ano de 2014, foram recebidas em 2015.</p> <p>9 – Recebido o valor de € 19.586,55.</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
	Medida R9 – Donativos ao Abrigo da Lei do Mecenato	Previsto receber o valor de € 15.500,00.	Não foi recebido em 2014 qualquer donativo.
	Medida R10 – Retenção dos Duodécimo	Previo-se que deixasse de ser feita a retenção por incumprimento da redução do excesso de endividamento e que fosse efetuada a restituição das verbas retidas.	Em dezembro de 2011 deixou de ser efetuada a retenção dos duodécimos, e o valor retido no valor total de € 518.876,00 foi utilizado pela DGAL para pagamentos de dívidas em atraso aos fornecedores do Município. Os pagamentos foram efetuados nos meses de outubro e novembro.
	Medida R11 – Venda de Bens	Pretende-se a venda de bens nos diversos edifícios públicos, até como medida de incentivo ao consumo de produtos locais, e também através merchandising.	É realizado em Dezembro a Feira de artesanato na Biblioteca, promovendo assim a venda de produtos tradicionais e artesanato Concelhio.
	Medida R12 – Atualização da Tarifa de Saneamento e da Tarifa para Recolha, Depósito e Tratamento de RSU	Previsto atualizar as taxas a aplicar, de modo a que os custos suportados com estas duas áreas sejam diretamente suportados pelos utilizadores, aplicando deste modo o princípio do utilizador – pagador. No PSF foi previsto o valor de € 250.000,00 para o ano de 2012 e igual valor para os anos seguintes.	Medida não implementada, no entanto foram já aprovados na reunião do órgão executivo de 17-12-2012 os regulamentos do “Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas de Alcanena” e do “Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Alcanena”. No final do ano de 2013 o estudo de atualização de tarifas encontra-se finalizado.
	Medida R13 – Aluguer de Espaços e Equipamentos	Pretende-se apostar no reforço da utilização e pagamento de equipamentos municipais.	- No ano de 2011 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 05-09-2011 a 30-11-2012, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA. - No 1.º semestre de 2012 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 26-04-2012 a 31-12-2012, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA. - No ano de 2013 foi efetuado um contrato de aluguer de sala de formação para o período de 02-01-2013 a 07-07-2013, pelo valor de € 500,00 por mês, acrescido de IVA.



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			<p>- Foi efetuado contrato de cedência de sala para formação com a NERSANT, cujo valor da receita foi de € 307,50.</p> <p>- Em 15-07-2013, foi publicado o Regulamento de Cedência de Viaturas e Cedência de equipamentos.</p>
	Medida R14 – Trabalhos por conta de Particulares	<p>1 - Pretende-se efetuar a faturação da construção dos ramais de esgotos após a sua realização e proceder à sua efetiva cobrança;</p> <p>2 - Pretende-se faturar os ramais já executados no âmbito das empreitadas de saneamento da Serra de Santo António, Covão Feto, e Casais da Moreta.</p>	<p>1 – Medida implementada, foi cobrado o valor de € 13.185,19 no ano de 2012 e € 8.896,79 no ano de 2013.</p> <p>A aplicabilidade desta medida, nomeadamente efetuar a faturação da construção dos ramais de esgotos após a sua realização e proceder à sua efetiva cobrança, encontra-se atualmente condicionada à aplicabilidade do art. 57º - Execução de Ramais de Ligação, do REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DE ALCANENA.</p> <p>2 – Foi aprovado na reunião da Câmara Municipal realizada em 14 de janeiro de 2013 o valor de € 304,86, acrescido de IVA, a cobrar por ramal, no total 581, perfazendo o valor de € 217.862,10.</p> <p>Após ligação final das infraestruturas e respetivas vistorias aos equipamentos verificaram-se as condições para efetuar a faturação aos proprietários.</p> <p>No ano de 2014 foram faturados 442 ramais, perfazendo o valor total de € 165.741,16.</p> <p>No ano de 2014 foram cobrados cerca de 95 mil euros relativamente aos ramais faturados (57% do ramais faturados).</p> <p>Verifica-se no final de 2014 a</p>



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			existência de 119 ramais por faturar, o equivalente a € 44.622,62.
	Medida R15 – Venda de Habitação em Vila Moreira	Pretende-se intensificar a Publicidade dada às frações com vista à sua venda.	Foi efetuada a avaliação do valor de venda das frações, baixando o seu valor de venda. Não existe negócio concretizado. Foi efetuada novamente oferta pública em 2014 para venda da habitação (ato público 22-05-2014), mas sem interessados. Foi presente à Reunião do órgão executivo de 15 de dezembro de 2014, nova Hasta Pública, considerando a existência de um interessado e a concretização da venda em janeiro de 2015. Está em avaliação a possibilidade de arrendamento.
	Medida R16 – Rendas das Concessões	Efetuar a análise de alguns contratos de concessão nas áreas da energia, energia eólica e águas.	Avaliação em curso.
	Medida R17 – Rendas de Edifícios e Habitações	Atualização de valores das rendas de edifícios e habitações, de acordo com a legislação específica, em curso.	- Estudo técnico já efetuado à apreciação dos rendimentos dos agregados; - Foram efetuados acordos de pagamento a todos os inquilinos com rendas em atraso, com sucesso no seu cumprimento; - Foi efetuada a revisão de todas as rendas sociais para os contratos anteriores a 1993; - Existe maior acompanhamento mensal do cumprimento do pagamento das rendas, pelo serviço de taxas e licenças;
	Medida R18 – Acidentes na Via Pública com danos Patrimoniais	Intensificar com as diversas autoridades, GNR, Bombeiros, entre outros, a comunicação de acidentes e autores materiais dos	Em anos anteriores a 2014 foram recebidos os seguintes valores de companhias de seguros: - Acidente Semáforos Rua D. Nuno Alvares Pereira em



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
		mesmos.	Alcanena: € 2.102,88; - Acidente: Guardas de Segurança na Estrada Municipal 365-4 Malhou: € 1.758,90
	Medida R19 – Reembolso de IVA pelo SNB	Efetuar o pedido de reembolso de IVA junto do SNB – Serviço Nacional de Bombeiros (ANPC)	Foi efetuado o reembolso do valor de € 11.706,10 no ano de 2012 e do valor de € 10.845,90 no ano de 2013. Em 2014 foi efetuado o reembolso no valor de € 13.499,11.
	Medida R20 – Venda de Terrenos	Publicitar a disponibilidade dos terrenos existentes para venda, precedendo a sua avaliação.	Em curso a reavaliação dos terrenos. Foi efetuada oferta pública para venda de 2 lotes nas Saramagas em Minde (ato público 23-05-2014), mas sem interessados. O valor total de base de licitação para os dois lotes foi de € 27.480,00 Foi efetuada oferta pública para venda de 4 garagens, 3 na Praceta Dr. Anastácio Gonçalves e 1 na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro (ato público 18-06-2014). O valor total de base de licitação para as 4 garagens foi de € 33.851,56. Foi vendida a garagem na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro pelo valor de € 7.150,00 (aprovada a venda na reunião de 07-07-2014).
	Medida R22 – Projetos Comparticipados	Valores a receber de acordo com a execução dos projetos de investimento	Valores recebidos conforme se discriminou no ponto anterior “Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento”
	Medida R23 – Garantias Bancárias	Pretende-se acionar as garantias bancárias relacionadas com incumprimentos de empreitadas, onde se estimava receber no ano de 2012 o valor de € 171.992,00.	Foram acionadas as garantias bancárias, tendo sido já entregue o valor de € 1.201,87 no ano de 2012, € 28.394,05 no ano de 2013 e € 7.880,04 no ano de 2014, este último relativo à empreitada de “Remodelação da ex. EN 365-4 Troço Moita Alcanena”. Foi também recebido no ano de 2014 o valor de € 31.583,34 por acordo com empreiteiro por



Plano de saneamento financeiro		Execução do plano de saneamento financeiro	
Objetivos	Medidas previstas	Previsão do PSF	Impacto de acordo com o Relatório Semestral
			<p>incumprimento contratual da empreitada de Rede de Saneamento Básico na Serra de Santo António.</p> <p>O valor das garantias anteriormente acionadas, e que se aguarda respetiva entrega, ascende a 200 mil euros,</p>

Fonte: Anexos V e VI



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Mapa comparativo entre a previsão do PSF e o valor da receita bruta cobrada.

O mapa comparativo entre a previsão do PSF e o valor executado, que a seguir se apresenta, evidencia para as rubricas orçamentais da receita, a previsão apontada no PSF para 2014, a respetiva execução orçamental verificada até 31-12-2014 e respetivos desvios.

O valor do orçamento previsto para o ano de 2014 apresentava-se com uma previsão de mais 443 mil euros, relativamente ao previsto aquando da elaboração do PSF. Esta previsão superior resulta de 470 mil euros previstos a menos relativamente às receitas de capital, pela previsão superior em 730 mil euros relativamente à receita corrente e pela previsão superior de Outras Receitas em 183 mil euros.

Quanto à execução verificada no final de 2014, foram cobrados € 11.447.458, dos quais € 10.400.185 são relativos a receitas correntes e € 858.082 são relativos a receitas de capital. As Outras Receitas representaram no ano de 2014, 184 mil euros.

Em termos globais, o valor cobrado apresenta o desvio de - 9%, relativamente ao previsto no PSF.

O valor cobrado nas receitas correntes foi superior ao previsto no PSF em € 1.277.265, correspondente a mais 14% de receita corrente, influenciado principalmente por uma cobrança superior nas rubricas relativas a Impostos Diretos, Taxas Multas e Outras Penalidades, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Foi na rubrica relativa a Imposto Diretos que o aumento da receita cobrada foi mais significativo, com 1,022 milhões de euros superiores.

As receitas relativas a Impostos Indiretos, Rendimentos de Propriedade e Venda de Bens e Serviços foram inferiores ao previsto no PSF. Foi na rubrica de serviços específicos da autarquia onde o valor cobrado inferior ao previsto no PSF foi mais significativo, com especial incidência nas receitas relativas à tarifa de saneamento e à tarifa de resíduos sólidos.

Quanto às receitas de capital, verifica-se um valor cobrado inferior ao previsto no PSF de € 2.568, sendo esse desvio influenciado principalmente pelo não recebimento de 1,37 milhões de euros de transferências de capital (FEF capital), 0,98 milhões de euros de venda de bens de



investimento e pela utilização de empréstimos de curto prazo de apenas 300 mil euros, quando estava previsto no PSF 650 mil euros.

A taxa de execução dada pela receita cobrada líquida é 87,16%, sendo que a receita corrente teve uma taxa de execução de 104% e a receita de capital uma taxa de execução de 29%.

No quadro seguinte faz-se uma análise à percentagem do desvio entre o previsto no PSF e o executado, em que a percentagem negativa representa que o valor cobrado é inferior ao valor previsto no PSF e a percentagem positiva representa que o valor cobrado foi superior ao previsto no PSF.

Classif. Económica	Designação	Previsão PSF 2014 (2013 + inflação)	Previsão Orçamento 2014	Desvio PSF / Orçamento	Receita Cobrada 31-12-2014	Desvio relativamente ao Previsto no PSF	% do Desvio
		a)	b)	c) = a) - b)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
01	Impostos directos	2.494.417	2.654.188	159.771	3.516.767	1.022.350	41%
0102	Outros	2.494.417	2.654.188	159.771	3.516.767	1.022.350	41%
010202	Imposto municipal sobre imóveis	1.482.975	1.820.000	337.025	2.172.284	689.309	46%
010203	Imposto único de circulação	208.345	277.846	69.501	332.431	124.086	60%
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	430.048	261.253	-168.795	308.838	-121.210	-28%
010205	Derrama	348.904	294.174	-54.730	698.581	349.678	100%
010207	Impostos abolidos	24.144	905	-23.239	4.632	-19.512	-81%
010299	Impostos directos diversos	0	10	10		0	-
02	Impostos indirectos	198.871	120.728	-78.143	120.530	-78.340	-39%
0202	Outros	198.871	120.728	-78.143	120.530	-78.340	-39%
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	198.871	120.728	-78.143	120.530	-78.340	-39%
02020601	Mercados e feiras	61.870	55.068	-6.802	55.411	-6.458	-10%
02020602	Loteamentos e obras	75.212	46.457	-28.755	52.973	-22.239	-30%
02020603	Ocupação da via pública	3.945	3.324	-621	2.499	-1.446	-37%
02020605	Publicidade	5.293	2.608	-2.685	121	-5.171	-98%
02020606	Saneamento	0		0		0	-
02020607	Utilização da rede viária municipal	0	10	10		0	-
02020699	Outros	52.551	13.261	-39.290	9.525	-43.027	-82%
04	Taxas, multas e outras penalidades	103.114	74.502	-28.612	141.171	38.057	37%
0401	Taxas	75.667	55.093	-20.574	86.655	10.988	15%
040123	Taxas específicas das autarquias locais	75.667	55.093	-20.574	86.655	10.988	15%
04012301	Mercados e feiras	3	0	-3	0	-3	-100%
04012302	Loteamentos e obras	52.225	37.110	-15.115	68.611	16.386	31%
04012303	Ocupação da via pública	4.447	1.542	-2.905	4.043	-404	-9%
04012305	Caça, uso e porte de arma	339	266	-73	200	-139	-41%
04012306	Saneamento	0	10	10		0	-
04012307	Arrendamento urbano	0		0		0	-
04012399	Outras	18.653	16.165	-2.488	13.801	-4.852	-26%



Município de Alcanena

0402	Multas e outras penalidades	27.361	19.409	-7.952	54.516	27.156	99%
040201	Juros de mora	1.311	697	-614	5.262	3.950	301%
040202	Juros compensatórios	43	5	-38		-43	-100%
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	25.920	1.576	-24.344	49.202	23.282	90%
040299	Multas e penalidades diversas	86	17.131	17.045	52	-34	-39%
05	Rendimentos da propriedade	1.473	643	-830	478	-995	-68%
0501	Juros — Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	-
0502	Juros-Sociedades financeiras	1.431	601	-830	436	-995	-70%
0503	Juros-Administrações Públicas	42	42	0	42	0	0%
0510	Rendas	0		0		0	-
06	Transferências correntes	3.803.128	4.884.639	1.081.511	4.771.818	968.691	25%
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	15.000	0	-15.000	0	-15.000	-100%
0602	Sociedades financeiras	500	20	-480	0	-500	-100%
0603	Administração central	3.787.128	4.875.434	1.088.306	4.771.818	984.691	26%
060301	Estado	3.635.308	4.500.918	865.610	4.471.222	835.914	23%
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	95.000	171.632	76.632	102.489	7.489	8%
060307	Serviços e fundos autónomos	28.000	63.000	35.000	78.202	50.202	179%
060309	Serv.fund.autón.- Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	28.820	139.884	111.064	119.905	91.085	316%
0605	Administração local	0	9.175	9.175	0	0	-
0606	Segurança social	0	0	0	0	0	-
0607	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	-
0608	Famílias	500	10	-490	0	-500	-100%
07	Venda de bens e serviços correntes	2.475.899	2.043.462	-432.437	1.747.889	-728.010	-29%
0701	Venda de bens	78.245	66.660	-11.585	2.136	-76.110	-97%
0702	Serviços	1.488.323	1.096.587	-405.081	859.249	-629.074	-42%
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	15.510	1.671	-13.839	3.175	-12.335	-80%
070203	Vistorias e ensaios	0	51	51		0	-
070205	Actividades de saúde	0		0		0	-
070206	Reparações	0		0		0	-
070207	Alimentação e alojamento	0		0		0	-
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	80.780	48.532	-32.248	41.670	-39.110	-48%
070209	Serviços específicos das autarquias	1.170.976	900.104	-284.218	673.079	-497.897	-43%
070299	Outros	221.057	146.229	-74.828	141.325	-79.732	-36%
0703	Rendas	909.331	880.215	-29.116	886.505	-22.827	-3%
070301	Habitacões	33.582	33.719	137	33.251	-331	-1%
070302	Edifícios	28.503	32.129	3.626	26.784	-1.719	-6%
070399	Outras	847.246	814.367	-32.879	826.470	-20.777	-2%
08	Outras receitas correntes	46.019	74.647	28.628	101.532	55.513	121%
080199	Outras	46.019	74.647	28.628	101.532	55.513	121%
Total receitas correntes		9.122.921	9.852.809	729.888	10.400.185	1.277.265	14%
09	Venda de bens de investimento	1.000.000	991.000	-9.000	15.508	-984.492	-98%
10	Transferências de capital	1.776.890	1.495.528	-281.362	534.694	-1.242.196	-70%
1003	Administração central	1.776.890	1.227.448	-549.442	527.531	-1.249.359	-70%
100301	Estado	1.776.890	403.843	-1.373.047	403.812	-1.373.078	-77%



100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	0	612.600	612.600	123.719	123.719	-
100308	Serviços e fundos autónomos		211.005	211.005		0	-
1005	Administração local	0	0	0	0	0	-
1007	Instituições sem fins lucrativos	0	268.070	268.070	7.163	7.163	-
1008	Famílias	0	10	10	0	0	-
12	Passivos financeiros	650.000	300.000	-350.000	300.000	-350.000	-54%
1205	Empréstimos a curto prazo	650.000	300.000	-350.000	300.000	-350.000	-54%
1206	Empréstimos a médio e longo prazos			0		0	-
13	Outras receitas de capital	0	170.789	170.789	7.880	7.880	-
1301	Outras	0	170.789	170.789	7.880	7.880	-
Total receitas de capital		3.426.890	2.957.317	-469.573	858.082	-2.568.808	-75%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4.245	4.245	0	4.781	536	13%
16	Saldo da Gerência anterior	1.547	184.410	182.863	184.410	182.863	11820%
Total outras receitas		5.792	188.655	182.863	189.191	183.399	3166%
TOTAL		12.555.603	12.998.781	443.178	11.447.458	-1.108.145	-9%

De seguida identificam-se as principais oscilações por cada rubrica orçamental.

RECEITAS CORRENTES

01 - IMPOSTOS DIRETOS

A receita proveniente de impostos diretos teve uma cobrança maior em € 1.022.350, ou seja mais 41% que o previsto no PSF.

As receitas provenientes do IMI, do Imposto Único de Circulação e da Derrama foram superiores ao valor previsto no PSF, enquanto que as receitas provenientes do IMT apresentam uma taxa de execução menor que o valor previsto no PSF.

Refira-se que foi aplicada a taxa máxima ao IMI e de Derrama relativamente ao ano de 2012, cujos valores foram recebidos durante este ano.

Também foi efetuada a avaliação geral de Imóveis Urbanos pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no decorrer de 2012, de que resultou o aumento da receita cobrada desta rubrica orçamental. De acordo com a comunicação efetuada pela AT o acréscimo foi de € 307.775,56.

02 - IMPOSTOS INDIRETOS

As receitas de impostos indiretos foram inferiores ao previsto em € 78.340, principalmente influenciado pela menor cobrança na rubrica de loteamentos e obras, com o não recebimento



do valor de € 22.239 e com o não recebimento de € 41.101 da taxa municipal do direito de passagem.

Verificou-se cobrança inferior ao previsto nas receitas relativas a Ocupação da Via Pública e Publicidade, receitas referidas da medida R6 de maximização da receita.

04 - TAXAS, MULTA E OUTRAS PENALIDADES

Nas receitas desta natureza verificou-se cobrança superior em € 38.057, correspondente a um acréscimo de 37%, relativamente ao previsto no PSF. Esta maior cobrança teve influencia principalmente nas receitas cobradas relativas a loteamentos e obras e relativas a multas e outras penalidades. Foram cobrados mais € 16.386 e € 23.282, respetivamente.

A cobrança dos valores mencionados é resultado da intensificação das ações de fiscalização e da instrução dos respetivos processos de contra ordenação, conforme medida R6 de maximização da receita.

05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

As receitas desta natureza, de pouco relevo financeiro, registaram menor cobrança, influenciado pelo menor recebimento de juros de contas bancárias á ordem, resultado da descida da EURIBOR.

06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Nesta rubrica recebeu-se mais € 968.691 (cerca de 25 %) do que o valor previsto aquando da elaboração do PSF.

Relativamente às transferências do Estado correntes não foram recebidos € 13.555 relativos ao Fundo Social Municipal, tendo sido no entanto recebido mais € 37.897 relativos ao IRS e € 969.070 relativos aos duodécimos.



Em 31-12-2014 foram transferidos € 60.323,23, cujo registo foi efetuado no ano de 2015.

De referir que esta maior cobrabilidade de transferências correntes está fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos anteriormente na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de mais 69,7 mil euros e com reflexos contrários nas transferências de capital.

Recebeu-se mais € 7.489 relativos a comparticipações de projetos co-financiados (na parte correspondente à comparticipação de despesas correntes), cujos valores discriminados também se indicam na Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro acima mencionada, correspondente à medida R8.

As transferências de serviços e fundos autónomos e do Instituto do Emprego e Formação Profissional foram superiores às previstas no PSF, em cerca de 50 mil euros e 91 mil euros, respetivamente.

As transferências de privados não verificaram qualquer execução, portanto com um desvio negativo de € 15.000.

07 - VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES

Nestas receitas verificou-se um desvio negativo de 29%, cerca de menos 728 mil euros, relativamente ao previsto.

A venda de bens, onde se inclui a venda de habitação em Vila Moreira, cujo valor previsto no PSF era de € 78.214 ainda não se concretizou, apesar dos procedimentos efetuados pelo Município com vista à venda das mesmas (reavaliação em baixa do valor de venda e lançamento de ofertas públicas).

Ao nível da receita cobrada relativa a prestações de serviços as rubricas orçamentais onde se verificam valores mais significativos de desvio foram as seguintes:

- Serviços Sociais, recreativos, culturais e desporto: - € 39.110;



- Saneamento: - € 71.792;
- Resíduos Sólidos: - € 485.673;
- Transportes efetuado por bombeiros/ambulâncias: - € 29.548;
- Transportes escolares: - € 25.079;
- Prolongamentos em Jardins de Infância: - € 17.560;
- Reembolso de despesas com pessoal (Luságua): - € 68.509;
- Renda da Concessão da rede elétrica: - € 6.848;
- Renda da Concessão da rede de Águas: - € 15.886;

Refira-se que a medida indicada de maximização da receita R12 de atualização da tarifa de saneamento e resíduos sólidos, não foi implementada.

Nas seguintes rubricas verificou-se a cobrança superior ao no PSF, em:

- Trabalhos por conta de particulares: € 101.027;
- Cemitérios: € 2.487;
- Mercado Municipal de Alcanena: € 5.116;
- Renda Exploração parque eólico: € 1.958.

A medida R14 relativa à faturação de ramais de esgoto foi em boa parte executada, considerando que já foram faturados os ramais de esgoto da Serra de S. António, Covão do Feto e Casais da Moreta, de que resulta o aumento da cobrança dos trabalhos por conta de particulares, conforme anteriormente mencionado no ponto 12 deste relatório.

Ainda nesta rubrica, foram notificados os Municípes com dívidas resultantes de ramais de saneamento dos anos de 2004 e 2006, tendo-se conseguido cobrar valores que ascendem a € 6.849.



O acréscimo de valor cobrado no Mercado Municipal de Alcanena, resulta de ações colocadas em prática que permitem um maior cobrabilidade por parte dos utilizadores.

No final de 2014 verifica-se o saldo de receita por cobrar relativa a venda de bens e prestação de serviços de € 392.449,09, principalmente nas seguintes rubricas:

- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Autocarros: € 5.452,83;
- Aluguer de Espaços e equipamentos: € 5.070,89;
- Transportes efetuados pelos Bombeiros: € 82.765,97;
- Trabalhos por conta de particulares: € 138.198,54;

08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTE

Na rubrica de outras receitas correntes também se verificou maior cobrança do que o previsto no PSF, no valor de € 55.513.

Verificou-se o recebimento do valor de € 13.499,11 relativo ao reembolso de IVA efetuado através da ANPC, de acordo com a medida R19 e o recebimento de € 10.460,26 de indemnizações por acidentes de trabalho, pagas pelas companhias de seguros.

A rubrica diversas receitas correntes apresenta o valor de € 77.073,05 cobrados, sendo de destacar o registo de € 53.611,79 correspondente a um saldo relativo a operações de tesouraria, correspondente a comparticipações efetuadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, cujo pagamento foi ao tempo efetuado através de operações orçamentais.



RECEITAS DE CAPITAL

09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

O valor previsto no orçamento de 2014 é de € 991.000, inferior ao valor apontado no PSF de € 1.000.000.

Verificou-se a venda de três viaturas usadas pelo valor de € 8.357,89 e uma garagem na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro pelo valor de € 7.150,00, pelo que a receita cobrada relativa à venda de bens de investimento foi no valor global de € 15.507,89

10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Nesta rubrica recebeu-se menos € 1.242.196 (70%) relativamente ao valor previsto no PSF, sendo que € 1.373.078 foram relativos ao FEF capital, conforme já se referiu na análise às transferências correntes, fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos anteriormente na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de menos 69,7 mil euros e com reflexos contrários nas transferências correntes, conforme já analisado.

Quanto a comparticipações de projetos co-financiados, os valores encontram-se discriminados na Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro acima mencionada, verificando-se a cobrança do valor global de € 123.719.

Aquando da elaboração do PSF, tendo em conta o respetivo horizonte temporal, não foi prevista qualquer comparticipação comunitária de projetos de investimento, no entanto foi previsto no orçamento de 2014 o valor de € 612.600,00, cujos valores se encontram discriminados na Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro acima analisada.



12 - PASSIVOS FINANCEIROS

A receita proveniente de empréstimos foi inferior em € 350.000, relativamente ao previsto no PSF.

Foi previsto recorrer a empréstimo de curto prazo no valor € 650.000, quando se contratualizou apenas € 300.000, dadas a circunstâncias que o mercado financeiro apresenta. O contratualizado foi integralmente utilizado.

13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Na previsão efetuada no PSF não se previa receber qualquer receita desta natureza.

No entanto previa-se receber cerca de 171 mil euros relativo a garantias bancárias acionadas por incumprimento de empreitadas.

As garantias bancárias foram acionadas junto das instituições, tendo-se verificado o recebimento de € 7.880,04 relativos à empreitada de Remodelação da Ex. EN 365-4 – Troço Moita Alcanena.

15 - REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS

Rubrica orçamental com pouca expressão financeira, em que valor já cobrado é superior ao previsto no PSF.

16 - SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR

Foi utilizado o saldo da gerência anterior, cujo valor é de € 184.409,91.

No PSF o valor previsto do saldo da gerência de 2013 era de apenas de € 1.547.



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Mapa comparativo entre a previsão de compromissos do PSF e o valor de compromissos executado.

Execução Orçamental – Breve análise

O orçamento previsto aquando da elaboração do PSF era no valor global de € 12.553.276.

A previsão orçamental efetuada aquando da elaboração dos documentos previsionais foi de € 12.205.229,00, ao que foi acrescido em revisão orçamental o valor total de € 793.552, resultante de € 184.410 relativo à utilização do saldo da gerência anterior, de € 263.070 relativos à comparticipação da Austra na Remodelação da Rede de Coletores conforme Acordo de Colaboração Assinado com o Município, € 210.995 relativos à Candidatura ao Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (para estabilização de Taludes Rochosos nos Olhos de Água) e € 135.077 relativo à candidatura relativa à Remodelação do Centro de Ciência Viva do Alviela, fixando a previsão orçamental para 2014 nos € 12.998.781.

A taxa de execução dada pela despesa paga em 2014 é de 84,25%, sendo que a despesa corrente paga teve uma taxa de execução de 89,94% e despesa de capital paga teve uma taxa de execução de 73,27%.

Conforme se demonstra no quadro abaixo, o valor da despesa compromissada no final de 2014 é no valor de € 11.790.427,83, estando compromissados € 8.284.344,88 relativos a despesas correntes e € 3.506.082,95 relativos a despesas de capital.

O saldo disponível para compromissar no final de 2014 é de € 279.488,82 relativo a despesas correntes e € 928.864,26 relativo a despesas de capital, no total de € 1.208.353,08.

Foram faturados € 11.082.848,20, sendo € 7.814.894,39 despesas correntes e € 3.267.953,81 despesas de capital, o que nos dá os seguintes valores de compromissos efetuados em 2014, cuja execução financeira se vai efetuar em 2015:



	Valor comprometido em 2014	Valor faturado em 2014	Diferença
Despesas correntes	8.284.344,88	7.814.894,39	469.450,49
Despesas de capital	3.506.082,95	3.267.953,81	238.129,14
Total	11.790.427,83	11.082.848,20	707.579,63

No que diz respeito ao valor em dívida com reflexo orçamental, no final de 2014, verificou-se o valor de € 112.687,17 relativo a despesas correntes e € 18.420,71 relativo a despesas de capital, perfazendo o total de € 131.107,88.

De mencionar que com a aplicação da LCPA – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, no ano de 2012 foram agendados os planos de pagamento celebrados com as diversas entidades, cujas dívidas eram anteriores a 21 de fevereiro de 2012.

Com a dissolução da EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena, E.M. foram também assumidos todos os passivos da empresa, incluindo acordos de pagamento formalizados pela EMA.

Estas dívidas deixaram de estar refletidas em termos orçamentais, continuando contudo a ser refletidas em termos de endividamento.

Considerando o saldo em dívida em 31-12-2014, as dívidas estão a seguir discriminadas:

- Factoring Novo Banco, com o fornecedor “Construções Aquino & Rodrigues, S.A.”: € 84.815,24;
- Factoring Novo Banco, com o fornecedor “António Rodrigues Capela & Filhos”: € 32.613,46;
- Acordo de pagamento efetuado com a “Junta de Freguesia de Moitas Venda”: € 24.994,32.
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o fornecedor “Silvério & Melro, S.A.”: € 25.000,00;
- Acordo de pagamento efetuado pela EMA com o credor “Caixa Leasing e Factoring”: € 80.189,16.

O valor total de planos de pagamento cujo pagamento ocorre em 2015 é de € **247.612,18**, cujos valores se encontram refletidos orçamentalmente naquele ano.

**Comparação com a Previsão do Plano de Saneamento Financeiro**

No quadro seguinte faz-se uma análise à percentagem do desvio entre o previsto no PSF e o valor compromissado em 2014, em que a percentagem negativa representa que o valor compromissado foi inferior ao valor previsto no PSF e a percentagem positiva representa que o valor compromissado foi superior ao previsto no PSF.

Classificação	Designação	PSF Previsão Ano 2014	Orçamento em (dotação atual) 31-12- 2014	Desvio (entre o previsto no PSF e a dotação atual)	Compromissos 31 dezembro 2014	Desvio Relativamente ao Previsto no PSF	% do desvio
(fórmulas)		a)	b)	c) = b) - a)	d)	e) = d) - a)	f) = e) / a)
01	Despesas com o pessoal	3.927.469	3.120.741	-806.729	3.053.308	-874.161	-22%
0101	Remunerações certas e permanentes	3.001.650	2.389.444	-612.206	2.348.664	-652.986	-22%
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	149.461	145.325	-4.136	145.325	-4.136	-3%
010104	Pessoal quadros- Regime contrato individ. trabalho	1.565.687	1.396.303	-169.384	1.396.263	-169.424	-11%
01010401	Pessoal em funções	1.376.297	1.396.263	19.966	1.396.263	19.966	1%
01010402	Alterações obrig. de posicionamento remuneratório	77.059	0	-77.059		-77.059	-100%
01010403	Alt. facultativas posicionamento remuneratório	0	0	0	0	0	#DIV/0!
01010404	Recrutamento de Pessoal p/ novos postos Trabalho	112.331	40	-112.291	0	-112.331	-100%
010105	Pessoal além dos quadros	56.073	33.097	-22.977	33.097	-22.977	-41%
010106	Pessoal contratado a termo	470.637	64.504	-406.133	64.414	-406.223	-86%
01010601	Pessoal em funções	460.801	64.494	-396.306	64.414	-396.386	-86%
01010604	Recrutamento de Pessoal p/ novos postos trabalho	9.837	10	-9.827	0	-9.837	-100%
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50.662	26.957	-23.705	26.937	-23.725	-47%
010108	Pessoal aguardando aposentação	5.172	9.076	3.904	9.076	3.904	75%
010109	Pessoal em qualquer outra situação	84.162	154.515	70.353	124.082	39.920	47%
01010902	Pessoal Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos	82.042	71.509	-10.532	71.509	-10.532	-13%
01010903	Programa Estágios Profissionais (Bolsa)	2.120	83.006	80.886	52.573	50.452	2379%
010111	Representação	35.895	38.550	2.655	37.884	1.989	6%
010113	Subsidio de refeição	255.974	194.299	-61.675	186.620	-69.354	-27%
01011301	Pessoal dos quadros	133.572	126.439	-7.133		-133.572	-100%
0101130101	Pessoal Quadros - Reg. Contrato Indiv. Trabalh	1.167	0	-1.167	0	-1.167	-100%
0101130102	PQ - Contrato por Tempo Indeterminado	132.405	126.439	-5.967	126.439	-5.967	-5%
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	117.737	63.360	-54.376	56.171	-61.565	-52%
01011303	Membros dos órgãos	4.665	4.500	-165	4.010	-655	-14%



Município de Alcanena

	autárquicos						
010114	Subsídio de férias e de Natal	297.583	283.717	-13.865	282.728	-14.854	-5%
01011401	Pessoal dos quadros	197.592	255.760	58.168	255.381	57.789	29%
0101140102	PQ - Contrato por Tempo Indeterminado	197.592	255.760	58.168	255.381	57.789	29%
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	99.991	27.957	-72.034	27.347	-72.644	-73%
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	30.344	43.101	12.757	42.238	11.894	39%
0102	Abonos variáveis ou eventuais	98.342	57.801	-40.541	56.797	-41.545	-42%
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	0	0	0	0	0	#DIV/0!
010202	Horas extraordinárias	30.513	16.470	-14.043	16.460	-14.053	-46%
010203	Alimentação e alojamento	0		0	0	0	#DIV/0!
010204	Ajudas de custo	3.601	2.649	-952	2.578	-1.023	-28%
010205	Abono para falhas	5.466	3.328	-2.138	3.258	-2.208	-40%
010206	Formação	134	100	-34	0	-134	-100%
010207	Colaboração técnica e especializada	0	0	0	0	0	#DIV/0!
010210	Subsídio de trabalho nocturno	5.172	5.027	-145	4.957	-215	-4%
010211	Subsídio de turno	124	100	-24	0	-124	-100%
010212	Indemnizações por cessação de funções	33.100	7.887	-25.213	7.817	-25.283	-76%
010213	Outros suplementos e prémios	20.233	22.240	2.007	21.728	1.495	7%
01021302	Outros	20.233	22.240	2.007	21.728	1.495	7%
0103	Segurança social	827.477	673.495	-153.982	647.846	-179.631	-22%
010301	Encargos com a saúde	215.674	102.384	-113.290	101.566	-114.109	-53%
010302	Outros encargos com a saúde	21.041	24.966	3.925	23.559	2.519	12%
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	21.310	11.129	-10.181	8.027	-13.282	-62%
010304	Outras prestações familiares	4.210	3.692	-518	3.353	-857	-20%
010305	Contribuições para a segurança social	494.228	489.942	-4.286	474.928	-19.300	-4%
01030501	Assistência doença funcionários públicos (ADSE)	61.173	1.050	-60.123	0	-61.173	-100%
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	433.055	488.892	55.837	474.928	41.873	10%
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	218.474	264.490	46.017	263.989	45.515	21%
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	214.582	224.402	9.820	210.940	-3.642	-2%
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	641	3.100	2.459	1.920	1.279	199%
010308	Outras pensões	282	289	7	188	-94	-33%
010309	Seguros	43.198	37.894	-5.303	34.305	-8.892	-21%
010310	Outras despesas de segurança social	26.893	100	-26.793	0	-26.893	-100%
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	26.893	100	-26.793		-26.893	-100%
02	Aquisição de bens e serviços	3.128.498	4.008.076	879.579	3.818.713	690.216	22%
0201	Aquisição de bens	648.539	835.005	186.466	786.096	137.557	21%
020101	Matérias-primas e subsidiárias	7.269	1.930	-5.339	621	-6.647	-91%
020102	Combustíveis e lubrificantes	197.534	314.321	116.787	305.097	107.563	54%
02010201	Gasolina	9.405	16.025	6.621	15.177	5.773	61%
02010202	Gasóleo	91.053	104.717	13.664	101.096	10.043	11%
02010299	Outros	97.076	193.578	96.502	188.823	91.747	95%



Município de Alcanena

020103	Munições, explosivos e artificios	672	3.596	2.924	3.581	2.908	433%
020104	Limpeza e higiene	13.691	12.221	-1.470	10.650	-3.041	-22%
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	242.980	233.219	-9.760	221.897	-21.082	-9%
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	4.279	5.040	761	4.168	-111	-3%
020107	Vestuário e artigos pessoais	1.074	6.763	5.689	5.338	4.264	397%
020108	Material de escritório	16.783	22.037	5.254	20.531	3.749	22%
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	17.305	21.853	4.548	20.284	2.979	17%
020110	Produtos Vendidos nas farmácias		10	10	0	0	#DIV/0!
020111	Material de consumo clínico	1.051	13.586	12.535	13.233	12.183	1160%
020112	Material de transporte-Peças	15.581	37.557	21.976	32.553	16.972	109%
020113	Material de consumo hoteleiro	648	623	-25	496	-151	-23%
020114	Outro material-Peças	12.716	5.558	-7.158	3.947	-8.769	-69%
020115	Prémios, condecorações e ofertas	30.702	49.094	18.392	47.458	16.756	55%
020116	Mercadorias para venda	2.891	850	-2.041	623	-2.269	-78%
020117	Ferramentas e utensílios	6.096	4.751	-1.345	2.709	-3.387	-56%
020118	Livros e documentação técnica	1.913	35	-1.878	30	-1.883	-98%
020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.399	9.998	7.600	9.264	6.866	286%
020120	Material de educação, cultura e recreio	38.497	21.367	-17.130	18.953	-19.544	-51%
020121	Outros bens	34.459	70.596	36.137	64.661	30.202	88%
0202	Aquisição de serviços	2.479.958	3.173.072	693.113	3.032.617	552.659	22%
020201	Encargos das instalações	497.176	1.009.303	512.127	1.005.597	508.421	102%
020202	Limpeza e higiene	622.394	760.557	138.163	758.363	135.969	22%
020203	Conservação de bens	56.828	93.102	36.274	81.388	24.560	43%
020204	Locação de edifícios	62.061	0	-62.061	0	-62.061	-100%
020205	Locação de material de informática	2.565	200	-2.365		-2.565	-100%
020206	Locação de material de transporte	10.935	2.260	-8.675	2.205	-8.730	-80%
020208	Locação de outros bens	27.814	9.767	-18.047	8.518	-19.296	-69%
020209	Comunicações	41.653	99.676	58.023	96.812	55.159	132%
020210	Transportes	220.604	261.095	40.491	238.023	17.419	8%
020211	Representação dos serviços	621	274	-347	94	-527	-85%
020212	Seguros	54.323	42.344	-11.979	39.428	-14.895	-27%
020213	Deslocações e estadas	11.777	695	-11.082	70	-11.707	-99%
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	39.628	164.066	124.438	147.157	107.529	271%
020215	Formação	17.080	24.452	7.372	24.125	7.045	41%
020216	Seminários, exposições e similares	3.234	459	-2.775	369	-2.865	-89%
020217	Publicidade	61.714	20.248	-41.466	17.841	-43.873	-71%
020218	Vigilância e segurança	1.692	2.031	339	1.839	147	9%
020219	Assistência técnica	21.021	18.209	-2.811	17.062	-3.958	-19%
020220	Outros trabalhos especializados	164.884	186.147	21.263	141.927	-22.957	-14%
020224	Encargos de cobrança de receitas	46.546	67.643	21.097	67.643	21.097	45%
020225	Outros serviços	515.408	410.543	-104.865	384.156	-131.253	-25%



03	Juros e outros encargos	360.442	363.042	2.600	361.025	583	0%
04	Transferências correntes	1.232.774	844.922	-387.853	826.525	-406.249	-33%
05	Subsídios	86.659	69.742	-16.917	68.796	-17.862	-21%
06	Outras despesas correntes	92.193	157.311	65.118	155.977	63.784	69%
Total Despesas Correntes		9.041.681	8.563.834	-477.847	8.284.345	-757.336	-8%
07	Investimentos comparticipados	0	1.281.838	1.281.838	384.368	384.368	-
07	Outros Investimentos não comparticipados	700.000	896.160	196.160	869.354	169.354	24%
09	Activos Financeiros		0	0	0	0	-
Total Investimentos		700.000	2.177.998,57	1.477.998,57	1.253.721,97	553.722	79%
08	Transferências Capital	290.000	232.123	-57.877	227.548	-62.452	-22%
10	Passivos Financeiros	2.521.595	2.024.825	-496.770	2.024.813	-496.783	-20%
1005	Empréstimos a curto prazo	650.000	300.000	-350.000	300.000	-350.000	-54%
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1.871.595	1.724.825	-146.770	1.724.813	-146.783	-8%
Total Despesas de Capital		3.511.595	4.434.947	923.352	3.506.083	-5.512	0%
Total DESPESA		12.553.276	12.998.781	445.505	11.790.428	-762.848	-6%

Em termos globais a dotação orçamental para 2014 apresenta-se superior ao previsto no PSF em cerca de 445 mil euros, resultado da previsão da despesa corrente inferior em 478 mil euros e da previsão da despesa de capital superior em cerca de 923 mil euros.

A redução da previsão das despesas correntes deveu-se principalmente à redução das despesas com pessoal, à redução das transferências correntes e à redução dos subsídios atribuídos. Por outro lado ocorreu o aumento das despesas com aquisições de bens e serviços e outras despesas correntes.

Nas despesas de capital ocorreram ajustamentos, resultantes da dívida transitada de anos anteriores e também no valor dos investimentos a realizar, cujos valores de investimento previsto para 2014 são superiores ao que se previa aquando da elaboração do PSF.

Existe a previsão de realização de investimentos de projetos comparticipados, em cerca de 1,282 M, e de investimentos não comparticipados de cerca de 0,896 M€. No PSF a previsão de investimentos não comparticipados era de 0,700 M€.

Nos investimentos não comparticipados estão incluídas as dívidas relativas a acordos de factoring celebrados, cujo pagamento não foi realizado em anos anteriores e também os acordos de pagamento celebrados pela Empresa de Melhoramentos de Alcanena aquando da sua dissolução, no ano de 2013, nos valores de 0,244 M€ e 0,185 M€, respetivamente.



Verifica-se também menor previsão de transferências de capital, em cerca de 58 ml euros, incluindo estas também as dívidas existentes com a Junta de Freguesia de Moitas Venda, cujo pagamento não foi possível efetuar em anos anteriores e com ela se tinha efetuado acordo de pagamento. O valor a regularizado em 2014 com a Junta de Freguesia de Moitas Venda foi de € 24.994,32.

A previsão de Passivos Financeiros é inferior ao previsto no PSF, uma vez que o contrato de empréstimo de curto prazo foi contratado no valor de € 300.000, no lugar dos € 650.000 previstos. Também o valor de amortização de empréstimos de Médio Longo Prazo é inferior ao previsto no PSF, uma vez que na previsão do Plano de Saneamento Financeiro se previa iniciar a amortizar o empréstimo contratado com o Estado no âmbito do PREDE, no mês de Junho, quando apenas foi iniciado no mês de dezembro, ocorrendo apenas uma prestação em 2014.

De seguida evidenciam-se as principais oscilações por cada rubrica orçamental, atendendo aos valores compromissados.



DESPESAS CORRENTES

01 - DESPESAS COM PESSOAL

Em termos globais as despesas com pessoal compromissadas foram inferiores em € 874.161, ou seja menos 22% que o inicialmente previsto aquando da elaboração do PSF.

Na rubrica relativa a remunerações certas e permanentes não se compromissaram cerca de 652 mil euros, influenciado pela diminuição de despesas com maior expressão nas rubricas relativas a: “Pessoal contratado a termo”, “Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho”, “Pessoal Além dos Quadros”, “Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença”, “Subsídio de Refeição” e “Subsídio de Férias e Natal”.

O valor compromissado no ano de 2014 foi superior ao previsto no PSF nas rubricas de: “Pessoal aguardando aposentação”, “Programa de Estágios Profissionais”, “Representação” e Remunerações por doença e maternidade/paternidade”

As reduções acima mencionadas foram originadas em parte pela caducidade de contratos a termo e saídas de efetivos durante os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, no total de 38 trabalhadores.

Salienta-se o facto de a revisão anual das remunerações no ano em análise (2014), bem como nos quatro últimos anos, por força das medidas de consolidação orçamental, não ter sido objeto de revisão, o que comparativamente ao ano de 2009, isso não se verificou, pois em 2009 as remunerações foram revistas, tendo sofrido um aumento de 2,9%.

Quanto às despesas contempladas na rubrica de abonos variáveis, também se verificaram compromissos inferiores ao previsto no PSF, na ordem dos 42 mil euros, originado pelo menor valor na generalidade das despesas, mas com maior peso no valor relativo a “Indemnizações por Cessação de Funções”

. Apenas as despesas relativas a “Outros Suplementos e Prémios” foi superior ao previsto no PSF.

No que concerne às ajudas de custo, estas retratavam um ligeiro aumento comparando os exercícios de 2011, 2012 e 2013, justificado no investimento que a autarquia fez ao nível da



qualificação/formação dada aos seus trabalhadores, muito dela sem custos para a autarquia, sendo financiada ao abrigo do QREN. No ano de 2014, existiu uma diminuição das mesmas, comparativamente com o ano de 2013, situando-se as mesmas abaixo do valor máximo previsto em Plano de Saneamento Financeiro para o ano de 2014 (€ 2.577,89), quando o valor máximo do PSF se situava nos € 3.601,00.

Quanto à despesa relativa a horas extraordinárias, nos últimos exercícios, tem-se verificado uma evolução consistente ao nível da redução das horas extraordinárias até 2013. No exercício de 2014, verifica-se um aumento que em parte deriva do normativo legal constante da LOE 2014, art.º 45.º, que para entidades empregadoras cujo horário de trabalho semanal é superior a 35 horas, os quantitativos remuneratórios ao trabalho extraordinário são os consagrados nos n.ºs 1 e 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 junho) e por outro lado, do aumento do trabalho extraordinário prestado nas atividades de apoio ao associativismo local (cedência de transportes) e um aumento de trabalho extraordinário no Serviço Municipal de Proteção Civil.

No ano de 2014, no respeitante à rubrica orçamental de “Horas extraordinárias”, gastámos € 16.460,12, verificando-se um aumento nesta rubrica orçamental de € 7.376,33, quando comparado como ano anterior, onde tínhamos gasto em trabalho extraordinário € 9.083,79. pelo cumprimento em matéria de execução orçamental prevista na LOE2014.

O valor previsto no PSF para as horas extraordinárias era de € 30.513, quando o valor efetivamente compromissado e pago foi de € 16.460,12, portanto menos 46% que o valor previsto no PSF.

Nas despesas relativas à rubrica orçamental “segurança social” também se verificaram compromissos inferiores aos previstos no PSF em cerca de 180 mil euros, principalmente pelo não compromisso de valores em “subsídio familiar a crianças e jovens”, “encargos com saúde” e “contribuições para a segurança social” e despesas com “eventualidade de Maternidade, paternidade e adoção”.

Verificou-se aumento nas rubricas de “acidentes em serviço e doenças profissionais”, por determinação do pagamento efetuado por indicação do Centro Nacional de Doenças Profissionais (relativo a um trabalhador) e na rubrica de “outros encargos com a saúde”.



02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- Aquisição de Bens

Foram compromissados mais € 137.557 relativamente ao previsto no PSF, o equivalente a mais 21%.

O valor dos compromissos das despesas com “combustíveis e lubrificantes” foram superiores em € 107.563, cerca de 54% acima do valor previsto no PSF. Refira-se que em 2011 ocorreu a alteração da taxa do IVA do gás natural de 6% para 23%, o que obviamente teve o seu impacto. Também o preço dos combustíveis verificou um aumento generalizado, apesar de no final do ano se apresentar com uma tendência de descida.

Nas rubricas de “Munições, explosivos e artificios”, “vestuário e artigos pessoais”, “material de escritório”, “produtos químicos e farmacêuticos”, “material de consumo clínico”, “material de transporte – peças”, “prémios condecorações e ofertas”, “artigos honoríficos e de decoração”, e “outros bens” o valor compromissado foi superior ao previsto no PSF.”

Os valores de compromissos inferiores ao previsto no PSF mais significativos, observaram-se nas rubricas de: “matérias primas e subsidiárias”, “Alimentação-refeições confeccionadas” resultado do concurso público lançado para fornecimento de refeições às escolas e jardins de infância, “outro material-peças” e “material de educação, cultura e recreio”.

- Aquisição de Serviços

As despesas compromissadas com a aquisição de serviços foram superiores ao previsto no PSF em € 552.659, com desvio de 22%.

De um modo geral as rubricas relativas à aquisição de serviços, na sua maioria, apresentam valores de compromissos inferiores às previsões do PSF, com maior expressão nas despesas relativas a “outros serviços”, “outros trabalhos especializados”, “publicidade”, “seguros”, “locação de bens” e “locação de edifícios”.

As seguintes rubricas apresentaram valores compromissados acima do previsto no PSF:



- Encargos com Instalações – Rúbrica na qual se regista os custos com eletricidade e consumo de água, onde também o aumento da taxa do IVA na eletricidade de 6% para 23%, no ano de 2011, esteve na principal origem de aumento;

- Limpeza e higiene – Rúbrica na qual se regista as despesas relativas ao contrato de recolha de RSU pela Luságua e Tratamento de RSU pela Resitejo;

- Conservação de Bens;

- Comunicações;

- Transportes

- Estudos pareceres e projetos;

- Encargos de Cobrança de Receitas.

03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS

Nesta rubrica o valor dos compromissos efetuados foi € 583 acima da previsão do PSF.

04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

O valor compromissado de transferências correntes para as diversas entidades foi inferior em € 406.249 (- 33%) relativamente à previsão do PSF.

05 - SUBSÍDIOS

O valor dos subsídios compromissado foi inferior em € 17.862 relativamente ao previsto no PSF.

Nesta rubrica orçamental são registados os subsídios mensais atribuídos às pessoas colocadas no Município, em programas ocupacionais, através do centro de emprego.



06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Quanto a esta rubrica, foram compromissados mais € 63.784, do que o previsto no PSF.

Nesta classificação económica registam-se as despesas relativas a impostos e taxas suportadas pelo Município - e que representam em 2014 a maior fatia destas despesas (€ 112.478,74) – bem como, IVA pago, que em 2014 foi de € 25.932,55.

O valor do IVA pago resultou do processo de faturação dos ramais de saneamento nas localidades de Serra de Santo António, Casais da Moreta e Covão do Feto.

A rubrica de outras despesas correntes teve em 2014 o valor compromissado total de € 155.977,33.

DESPESAS DE CAPITAL

07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

- Investimentos Comparticipados

Aquando da elaboração do PSF, e tendo em conta o horizonte temporal não se mencionava a previsão de investimentos comparticipados, no entanto atendendo à atual situação a previsão orçamental de investimentos comparticipados é de € 1.281.838.

Conforme acima se mencionou, o facto de terem transitado de anos anteriores valores relativos a investimentos não comparticipados, cujos créditos se encontram cedidos a instituições de factoring, originou a que o Município tivesse que reajustar o seu plano de investimentos.

No final de 2014 foi compromissado o valor de € 384.368, relativamente a projetos de investimento comparticipados, sendo os valores mais significativos distribuídos do pelos seguintes projetos:

- Estrada Minde-Vale Alto: € 111.588;
- Casa da Cultura: € 15.731;
- Percorrer e Conhecer Alcanena (Rede de Percursos Pedestres): € 200.169;



- Remodelação da Rede de Coletores de Águas Residuais de Alcanena (Assistência Técnica Especial): € 37.552;

- Praia Fluvial – Estabilização de Talude Rochoso e Margens do Rio Alviela (projeto): € 15.990;

Os valores detalhados e respetivas execuções destes investimentos comparticipados encontram-se devidamente detalhados na ficha de acompanhamento deste plano (modelo da DGAL), na parte relativa à Despesa de investimento prevista e fontes de financiamento.

Encontram-se ainda previstos os seguintes investimentos comparticipados, cujo compromisso orçamental ainda não se efetuou:

- Remodelação Rede Coletores Águas Residuais: € 487.292;
- Candidaturas Médio Tejo: € 154.281;
- DECIF - Dispositivo Combate a Incêndios: € 15.100;
- Praia Fluvial - Estabilização Talude Rochoso e Margens: € 195.006.

- Investimentos Não Comparticipados

O valor dos compromissos para os investimentos não comparticipados indicado no PSF foi de € 700.000 e o valor efetivamente comprometido foi de € 869.354, portanto mais € 169.354 (24%).

Nestes investimentos estão incluídas as dívidas transitadas de anos anteriores, entre elas as dívidas cedidas ao factoring, e com acordos de pagamento relativos à Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, cujo valor total pago em 2014 foi de € 399.122,03 e também as diversas aquisições efetuadas em 2014, desde equipamentos, construções diversas, aquisições de viaturas, etc.

08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Na rubrica de transferências de capital estavam previstos no PSF € 290.000,00, tendo sido comprometidos € 227.548, portanto menos € 62.452, equivalente a uma redução de 22%.



Nestas transferências estão incluídas as dívidas transitadas de anos anteriores, nomeadamente à junta de freguesia de Moitas Venda e com acordos de pagamento, cujo valor total pago em 2014 foi de € 24.994,32.

09 - ATIVOS FINANCEIROS

Não se encontrava previsto no PSF qualquer valor nesta rubrica.

No orçamento inicial e tendo em consideração que nos anos anteriores não se verificou o aumento de capital social da Compinena- Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., conforme previsto no PSF, foi inscrito o valor de € 200.000, que chegou a estar cabimentado e compromissado.

Tendo em consideração que não foi obtido o visto prévio do Tribunal de Contas, ao referido processo foi aquele valor descompromissado e descabimentado, utilizando-se a respetiva dotação para outros fins.

10 - PASSIVOS FINANCEIROS

O valor relativo aos passivos financeiros compromissados foi inferior em € 496.783 relativamente ao previsto no PSF. Estava previsto o valor de € 2.521.595 e apenas foi compromissado o valor de € 2.024.813.

Este valor resulta do menor valor compromissado relativamente a empréstimo de curto prazo, em que se previa no PSF contratar € 650.000 e na realidade apenas se contratou € 300.000 (face às atuais circunstâncias financeiras da banco e a dificuldade em contratar o valor previsto). O valor contratado foi totalmente utilizado.

Também o valor de amortização de empréstimos de Médio Longo Prazo é inferior ao previsto no PSF, em € 146.783, uma vez que na previsão do Plano de Saneamento Financeiro se previa iniciar a amortizar o empréstimo contratado com o Estado no âmbito do PREDE, no mês de junho, quando apenas foi iniciado no mês de dezembro, ocorrendo apenas uma prestação em 2014.



Quanto a empréstimos de Médio Longo Prazo, ocorreu um compromisso inferior, em consequência de apenas se iniciar a amortização dos empréstimos contratados no âmbito do PSF, no mês de junho, quando na previsão do PSF se teve em consideração o início previsto em janeiro.

Aquando da previsão do PSF estava prevista amortização de empréstimo excepcionado, cuja contratação não foi autorizada pela DGAL.



BALANÇO EM 31-12-2014

De seguida apresenta-se um mapa comparativo do balanço calculado à data de 31-12-2014.

	Previsão PSF para 31-12-2014	Valor verificado em 31-12-2014	Desvio €	Desvio %
ACTIVO				
Imobilizado Bruto Inicial	60.239.747	57.371.456	-2.868.291	-5%
Entradas	700.000	508.309	-191.691	-27%
Saídas de Imobilizado	-1.000.000	-31.767	968.233	-97%
Imobilizado Bruto Final	59.939.747	57.847.998	-2.091.749	-3%
Imobilizado Líquido Inicial	49.768.415	42.275.622	-7.492.793	-15%
Saídas de Imobilizado		-16.930	-16.930	
Amortizações do Ano	-929.572	-1.628.369	-698.797	75%
Imobilizado Líquido Final	48.538.842	41.140.725	-7.398.117	-15%
Investimentos Financeiros Iniciais	1.322.419	256.930	-1.065.489	-81%
Entradas			0	
Saídas		-1.338	-1.338	
Investimentos Financeiros Finais	1.322.419	255.592	-1.066.827	-81%
Existências Iniciais	139.990	279.980	139.990	100%
Entradas			0	-
Saídas	-69.995		69.995	-100%
Existências Finais	69.995	279.980	209.985	300%
Dívidas de Terceiros Iniciais	256.744	724.156	467.412	182%
Entradas / saídas		32.156	32.156	-
Dívidas de Terceiros Finais	256.744	756.312	499.568	195%
Provisões Cobranças Duvidosas		-266.232	-266.232	-
Disponibilidades				
Operações de Tesouraria	121.185	101.806	-19.379	-16%
Operações Orçamentais	2.326	495.718	493.392	21212%
Disponibilidades Finais	123.511	597.523	474.013	384%
Acréscimos e Diferimentos	3.468	3.116.139	3.112.671	89760%
Activo Total	50.314.979	45.880.040	-4.434.939	-9%
PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	20.212.487	20.199.032	-13.455	0%
Reservas Legais	668.200	702.364	34.164	5%
Doações	32.245	57.095	24.850	77%
Reservas transfer. activos	49.092	49.092	0	0%
Resultados Transitados	4.021.939	2.216.831	-1.805.108	-45%
Resultado Líquido Exercício	804.214	2.368.527	1.564.313	195%
Total Fundos Próprios	25.788.177	25.592.941	-195.236	-1%



Passivo					
Dividas a Terceiros - MLP	13.125.198	11.461.285	-1.663.913	-13%	
Dívida C P - Op. Tesouraria	121.185	101.806	-19.379	-16%	
Dividas C P Diversas		603.210	603.210		
Total Dividas a Terceiros - C P	121.185	705.016	583.831	482%	
Acréscimos e Diferimentos			0		
Acréscimos de Custos		844.517	844.517		
Proveitos Diferidos Iniciais	11.511.826	7.526.830	-3.984.997	-35%	
Subsidios ao Investimento		104.995	104.995		
Proveitos Diferidos reconhecidos	231.407	358.482	127.075	55%	
Outros Proveitos Diferidos		2.939			
Proveitos Diferidos Finais	11.280.419	7.276.282	-4.004.138	-35%	
Total Passivo	24.526.802	20.287.099	-4.239.703	-17%	
Total Fundos Próprios + Passivo	50.314.979	45.880.040	-4.434.938	-9%	

- **Imobilizado**

A rubrica do ativo líquido acusa um saldo inferior em cerca de 4.435 milhares de euros relativamente ao previsto no PSF. Esta diferença resulta principalmente da diferença do imobilizado líquido ser inferior em € 7,398 M€, relativamente ao previsto no PSF.

Relativamente ao Imobilizado Bruto inicial verifica-se um valor inferior ao previsto em 2.868 milhares de euros, resultante da diferença dos valores não realizados nos anos anteriores.

O valor do Imobilizado Bruto final é inferior em 2.091 milhares de euros, resultante de menor realização de investimentos, neste ano inferior em € 191.691, bem como pelo facto de a saída de imobilizado ser inferior em € 968.233 ao previsto no PSF, saída essa relacionada com o facto de não ter ocorrido a venda de bens de imobilizado.

O valor de Imobilizado Líquido, consequentemente também é inferior, sendo que no final de 2014 se encontra 7.398 milhares de euros abaixo do previsto no PSF.

O valor de amortizações do exercício foi superior ao previsto, resultado do acréscimo de amortizações do exercício de 2014, por terem sido efetuadas no ano de 2012 diversas operações de transferência de inventário de imobilizado em curso para imobilizado firme. O valor das amortizações do exercício foi superior ao previsto em 699 mil euros.



- **Investimentos Financeiros**

Esta rubrica apresenta uma diferença para menos de € 1.066.827.

No ano de 2012 foi registada a saída do capital social da COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., relativa à correção efetuada no valor de € 73.871,50 correspondente à “operação harmónio” realizada no ano de 2002, relativo à redução do valor das ações de € 4,99 para € 1,91 por ação. Deste modo o valor do capital social da COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A. passou de € 324.117,50 para € 250.246,00.

Aquando da elaboração do PSF estava previsto do aumento de capital social da COMPINENA, cuja concretização não se efetuou, originando a diferença de € 300.000 relativamente ao previsto no PSF.

O valor previsto do aumento de capital social da COMPINENA e ainda não concretizado, estava previsto no PSF do seguinte modo: € 100.000 no ano de 2011, € 100.000 no ano de 2012 e € 100.000 no ano de 2013.

No ano de 2013 ocorreu a eliminação do capital que o Município detinha na Empresa de Melhoramentos de Alcanena no valor global de € 666.617,79 por motivo de Dissolução da empresa, conforme cancelamento de matrícula efetuada em 27-09-2013. Todo o ativo e passivo da empresa foi registado nas contas do Município nesse mesmo mês.

No ano de 2014 foram eliminados os saldos registados nas contas 411305, 411306 e 411307, relativas a ações recebidas pelo Município, na década de 60, através de legado do Dr. António Anastácio Gonçalves.

No decorrer do processo de independência e nacionalizações de empresas, com a publicação do Decreto n.º 70-A/76 de 22 de julho, no Diário da República de Angola, foi fixada a obrigatoriedade dos estrangeiros depositarem as ações de empresas Angolas em instituições de crédito angolanas, tendo decorrido processos idênticos para outras repúblicas da mesma situação.

As ações eram relativas às seguintes entidades: Sociedade Agrícola do Cassequel (€ 64,85), Companhia da Zambézia (€ 19,95) e Companhia de Diamantes de Angola (€ 249,40).



Foi também eliminado o saldo existente na conta 411101 no valor de € 1.003,38, correspondente à cota parte da participação na Município, S.A., efetuada pela CIMT e na sequência da venda da participação efetuada pela CIMT em 29 de dezembro de 2014.

- **Existências**

Não se efetuou a venda de habitação em vila moreira, conforme previsto no PSF, o que origina maior valor de existências relativamente ao previsto no PSF.

Estava previsto no PSF o valor final de existência de € 69.995, correspondente ao valor médio de uma habitação, verificando no entanto o saldo de € 279.980, correspondente às quatro habitações.

- **Dívidas de Terceiros**

O valor das dívidas de terceiros no final do ano de 2014 é superior ao previsto no PSF, em cerca de 499 mil euros.

O valor das dívidas de terceiros iniciais foi claramente superior ao previsto no PSF. Prevvia-se no PSF cerca de 257 mil euros, enquanto que o valor verificado foi de 724 mil euros.

O aumento das dívidas de terceiros por cobrar deveu-se principalmente a trabalhos por conta de particulares, relativo à faturação de ramais de esgoto na Serra de Santo António, Covão de Feto e Casais da Moreta, que apenas ocorreu no presente ano.

O aumento do valor das dívidas de terceiros por cobrar no final de 2014, deveu-se principalmente pelo não recebimento das seguintes receitas:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 83.845,95;
- Serviços e Fundos Autónomos: € 16.820,72;
- Serviços e Fundos Autónomos – Subsist. Prot.Famil. Polit. Act. EFP: € 10.244,23;
- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Autocarros: € 5.452,83;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 5.070,89;



- Transportes efetuados por Bombeiros/Ambulâncias: € 82.765,97;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 137.823,56;
- Rendas: € 8.822,91;
- FEDER – PORC (Requalificação da Estrada Moita- Alcanena): € 69.324,69;

- **Provisões para cobrança duvidosa**

Estão constituídas provisões para cobrança duvidosa no valor total de € 266.232, cuja previsão não se incluía no PSF.

- **Disponibilidade**

A rubrica de disponibilidades acusa um saldo superior ao previsto no PSF no que respeita a operações orçamentais, em cerca de € 493.392, e um saldo inferior no que respeita a operações de tesouraria, em cerca de 19 mil euros,

Estava previsto o valor de € 2.326 e verifica-se o saldo de € 495.718, no caso das operações orçamentais, enquanto no caso das operações de tesouraria, estavam previstos € 121.185 e verificaram-se € 101.806.

- **Acréscimos e Diferimentos**

A rubrica de acréscimos e diferimentos acusa um saldo bastante superior ao previsto no PSF por se ter melhorado o princípio da especialização do exercício no ano de 2012 e com continuidade no atual.

O valor previsto foi de € 3.468 e o valor verificado foi de € 3.116.139.

- **Fundos Próprios**

O valor total dos Fundos próprios acusa um saldo inferior ao previsto no PSF, no valor de € 195.236, resultado da diferença entre o menor saldo dos resultados transitados no valor de €



1.805.108, por aplicação do princípio da especialização do exercício, o menor saldo da conta Património e o maior saldo de Reservas Legais, de Doações e da conta de Resultado Líquido do Exercício.

Resultados Transitados

Ao valor do saldo de abertura devedor de € 505.705,17, transitado de exercícios anteriores foram registados os seguintes valores:

A débito

- Foi registado o valor de € 89.033,07 para reforço da conta de Reservas Legais, relativo à aplicação de resultados do ano de 2013, conforme determinado no relatório de gestão de 2013;
- Foram registados 32 movimentos de retificação de saldos de receitas registados em anos anteriores, no valor global de € 7.975,91;
- Por aplicação do Princípio da Especialização do Exercício foram registados 5 movimentos no valor total de € 25.165,71 relativo a custos que efetivamente deveriam ser atribuídos ao exercício anterior;
- Foi registado o valor de € 324,70 relativo à regularização do recebimento do Pagamento Especial por conta que teve origem na Dissolução da Empresa de Melhoramento de Alcanena no ano de 2013.
- Foi registado o valor de € 1.003,38, correspondente à cota parte da participação na Município, S.A., efetuada pela CIMT e na sequência da venda da participação efetuada pela CIMT em 29 de dezembro de 2014.

A crédito

- A transição de resultados de 2013, conforme determinado no relatório de gestão de 2013, pelo valor de € 1.780.661,49;
- O valor total de € 355,55 resultante da correção de valores de anos anteriores, relacionados com valores registados em duplicado ou indevidamente registados nas respetivas contas de



terceiros, ou ainda pelo lançamento de notas de crédito de fornecedores relativas a anos anteriores;

- Foi registado o valor de € 53.611,79 relativo à regularização do saldo de operações de tesouraria constante na conta 249122, conforme deliberado pela Câmara Municipal em 01-09-2014.

O saldo Final da conta 59 é credor em € 2.216.831,23.

Património

A conta de Património apresenta o saldo de € 20.199.365,82 resultante de valores transitados dos exercícios anteriores no valor de € 20.212.487,11 e dos diversos registos a débito e a crédito efetuados relativamente à integração do ativo e do passivo da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, o que originou uma redução de € 12.631,08.

A conta de Património apresenta o saldo de € 20.199.031,62, resultante de valores transitados dos exercícios anteriores no valor de € 20.199.365,82 e a redução do valor total de € 334,20, resultante da eliminação de saldos relativos às seguintes entidades, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião realizada em 01-09-2014.

Os saldos eliminados foram:

- Companhia de Diamantes de Angola: € 249,40 registados na conta 411307;
- Sociedade Agrícola do Cassequel: € 64,85 registados na conta 441305;
- Companhia da Zambézia: € 19,95

Doações

A conta de Doações, que reflete as doações registadas ao município de bens do ativo imobilizado, apresenta o saldo credor de € 57.094,63, resultante do valor transitado do ano anterior no valor de € 45.594,63, acrescido do valor de € 11.500,00 relativo a uma viatura doado pela Liga Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena e aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 27-10-2014.



Reservas de Transferências de Ativos

A rubrica relativa a Reservas de Transferências de Ativos apresenta o valor previsto no PSF.

Resultado Líquido do Exercício

Os resultados líquidos do exercício de 2014 apresentam o valor de positivo de € 2.368.527,44 e superior ao previsto no PSF em 1.564.313 euros.

- **Dívidas a Terceiros de MLP**

As dívidas a terceiros de Médio Longo prazo, são inferiores ao previsto no PSF em € 1.663.913, uma vez que não ocorreu a contratação do empréstimo de MLP excepcionado do limite de endividamento líquido municipal e limite geral de empréstimos de MLP, conforme já abordado neste relatório, na análise efetuada à execução da receita.

A não contratação deste empréstimo terá efeitos contrários nas dívidas a terceiros de curto prazo, originando naturalmente que estas possam ser superiores às previstas no PSF.

- **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**

O valor das dívidas a terceiro de curto prazo, relativas a operações de tesouraria, é inferior em € 19.379, valor aliás proporcional às disponibilidades desta natureza.

Nas dívidas orçamentais a terceiros de curto prazo, verifica-se a existência do valor final de € 603.210, resultado da não execução dos seguintes valores de receita mais relevantes, e conforme já analisado na execução da receita:

- Prestações de Serviços:

Não foram recebidos € 120.000,00, conforme previsto para 2011, relativos à atualização da tarifa de RSU e Saneamento, nem os € 250.000 previstos para cada ano seguinte.



- Passivos financeiros

Não foi contratado o empréstimo excepcionado, cujo valor a utilizar nos anos de 2011 a 2013 seria cerca de 730 mil euros (transitando a dívida para MLP conforme previsto).

- Venda de bens de investimento

Não foi realizada a receita prevista para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 na ordem dos 4M€.

No ano de 2013 também foi incluído o passivo da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, com a sua Dissolução, cujo valor ascendeu a 450 mil euros. No final de 2014 ainda existe refletido no passivo do Município, cerca de 215 mil euros, dos quais 110 mil são relativos a um crédito litigioso não reconhecido e reclamado pela Empresa de Melhoramentos de Alcanena.

- **Total do Dívida de MLP e Curto prazo**

O valor previsto no PSF era de € 13.246.383 e o efetivamente verificado é de € 12.166.301, portanto com um valor inferior em 1,08 M€.

De notar que apesar de o passivo de curto prazo ter aumentado por inclusão do passivo transitado da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, com reflexo no final de 2013 na ordem dos 401 mil euros, o Município na sua gestão corrente e definição de prioridades ainda assim termina o ano de 2014 com o valor do total de dívidas de MLP e Curto Prazo inferiores ao previsto no PSF.

- **Acréscimos e Diferimentos**

Esta rubrica apresenta um valor final inferior ao inicialmente previsto na ordem dos 4,004 M€, resultado do não recebimento transferências de capital para financiamento de investimentos, cujo valor é registado nas contas de subsídios ao investimento. Esta diferença



resulta também do facto de em anos anteriores, o saldo dos subsídios a investimento ser inferior ao previsto em cerca de 5 M€.

Também estes desvios foram abordados na “Ficha de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro” deste relatório.

Encontra-se registado o valor de € 844.517 de acréscimos de custos, valor que não se previa no PSF. Este valor resulta da aplicação do princípio da especialização do exercício.

Aquando da elaboração do PSF não foi tido em consideração os acréscimos provenientes da especialização do exercício.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31-12-2014

CUSTOS E PERDAS	Previsão PSF 31-12-2014	Valor verificado em 31-12-2014	Desvio €	Desvio %
CMVMC				
Habitação	69.995	0	-69.995	-100%
Outras Mercadorias e Matérias	6.800	506	-6.294	-93%
Total CMVMC	76.795	506	-76.289	-99%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.121.698	3.115.434	-6.263	0%
Custos com Pessoal	3.927.469	3.053.540	-873.930	-22%
Transferências e Subsídios correntes	1.319.433	774.371	-545.062	-41%
Amortizações do Exercício	929.572	1.628.369	698.797	75%
Provisões do exercício		11.505	11.505	
Outros Custos Operacionais	92.193	77.119	-15.074	-16%
Total Custos Operacionais	9.467.161	8.660.844	-806.316	-9%
Custos e Perdas Financeiras	574.087	342.625	-231.462	-40%
Custos e Perdas Extraordinários	290.000	191.023	-98.977	-34%
Sub Total Custos	10.331.248	9.194.493	-1.136.756	-11%
Resultado Líquido do Exercício	804.214	2.368.527		0%
Total CUSTOS	11.135.462	9.194.493	-1.940.970	-17%
PROVEITOS E GANHOS				
Venda Habitação	72.825	0	-72.825	-100%
Venda Mercadorias e outros Produtos	5.420	1.964	-3.457	-64%
Prestação de Serviços	1.488.323	889.090	-599.232	-40%
Rendas e Alugueres	909.331	885.444	-23.887	-3%
Impostos e Taxas	2.770.481	3.391.061	620.580	22%
Transferências e Subs Obtidos				
Transf. E Subs Correntes	3.803.128	4.824.143	1.021.015	27%
Transferências Capital	1.776.890	403.823	-1.373.067	-77%
Total Transferências	5.580.018	5.227.966	-352.052	-6%
Total Proveitos Operacionais	10.826.398	10.395.525	-430.873	-4%
Proveitos Financeiros	1.473	478	-995	-68%
Proveitos e Ganhos Extraordinários				
Subsídios diferidos	231.407	358.482	127.075	55%
Outros Proveitos	76.184	808.536	732.351	961%
Total Proveitos e Ganhos Extraordinários	307.591	1.167.018	859.426	279%
Total PROVEITOS	11.135.462	11.563.020	427.557	4%
Resultado Operacional	1.359.238	1.734.680	375.443	28%



Resultados Financeiros	-572.615	-342.148	230.467	-40%
Resultados Correntes	786.623	1.392.533	605.910	77%
Resultados Extraordinários	17.591	975.995	958.404	5448%
Resultado Líquido do Exercício	804.214	2.368.527	1.564.313	195%

Seguidamente apresentam-se as principais oscilações verificadas entre a previsão do PSF e a execução verificada no exercício económico de 2014.

- **Custos e Perdas**

O valor total dos custos, antes de apuramento de resultados foi inferior em € 1.136.756 relativamente ao previsto no PSF, ou seja menos 11% de custos que o previsto no PSF.

Os custos operacionais foram inferiores ao previsto em € 806.316, verificando-se menores custos na generalidade da rubricas, com exceção da rubrica relativa às amortizações do exercício e provisões do exercício.

Os custos financeiros foram inferiores aos previstos no PSF em € 231.462, principalmente porque a taxa da Euribor está a níveis mais baixo do que aquando da elaboração do PSF.

O valor dos custos e perdas extraordinários foram inferiores ao previsto, em € 98.977.

- **Proveitos e Ganhos**

O valor total de proveitos foi superior em € 427.557 relativamente ao previsto no PSF, representando um aumento de 4% relativamente àquela previsão.



Nos proveitos operacionais verificou-se o valor inferior de € 430.873, resultado do menor registo de proveitos provenientes, principalmente das transferências de capital, da prestação de serviços e da venda de habitação.

Apesar de menor a diferença, os proveitos com origem em Rendas e alugueres e Venda de Mercadorias e Outros Produtos, também foram inferiores ao previsto no PSF.

Os proveitos provenientes de impostos e taxas foram superiores ao previsto no PSF em cerca de 621 mil euros, principalmente influenciado pelo maior recebimento de IMI e Derrama no ano de 2014.

As rubricas relativas transferências correntes apresentaram valores superiores aos previstos no PSF, enquanto que as transferências de capital apresentam valores inferiores ao previsto no PSF.

O maior valor de proveitos relacionados com as transferências correntes, conforme já anteriormente mencionado, está fortemente influenciada pelo maior recebimento de FEF corrente em detrimento do FEF capital, derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que o FEF que anteriormente era transferido na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passou a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital.

No somatório dos proveitos relativos a transferências correntes e transferências de capital, verificou-se ainda assim valor inferior em € 352 mil euros relativamente ao previsto no PSF.

Os proveitos financeiros, embora de pouca expressão, foram inferiores aos previstos.

Nos proveitos e ganhos extraordinários, registaram-se mais € 859.426 do que o valor previsto no PSF. Os proveitos diferidos (relacionados com os subsídios para investimentos) foram superiores em € 127.075, e os Outros Proveitos Extraordinários foram superiores em € 732.351.

- **Resultados Obtidos**



Todos os resultados apresentados foram melhores do que os previstos e apontados no PSF, melhores resultados operacionais, menores resultados financeiros negativos, melhores resultados correntes, resultados extraordinários positivos e resultados líquidos do exercício bastante acima dos previstos no PSF.

Os resultados operacionais foram 28% melhores que o previsto e o resultado líquido do exercício foi superior ao previsto no PSF, em 195%, ou seja melhor em € 1.564.313.

Os resultados financeiros foram melhores em 40% relativamente ao previsto no PSF, ou seja os custos foram inferiores em cerca de 230 mil euros.



ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

Não obstante a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, ter sido revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o plano de saneamento financeiro do Município de Alcanena foi elaborado com vista ao cumprimento do limite de Endividamento Líquido Total, definido através do artigo 37º da citada Lei n.º 2/2007.

Tendo em conta que o relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), reportado à data de 31-12-2014, elaborado de acordo com a alínea c) do n.º 5 do artigo 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, conjugado com o definido no artigo 86º da mesma lei, e que este artigo 86º se reporta à anterior alínea c) do artigo 40º da revogada Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL - Lei das Finanças Locais), julga-se pertinente continuar com a análise ao revogado limite de Endividamento Líquido Total.

Nesse sentido, e de acordo com os cálculos efetuados, em 2014 o limite de endividamento líquido municipal para o Município de Alcanena é de € 9.015.995,80.

Neste sentido, no final do ano de 2014, atendendo à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, excluindo também os empréstimos de médio e longo prazo excecionados do limite geral de empréstimos, o Endividamento Líquido do Município de Alcanena, é de € 5.322.581,32, portanto € 3.693.414,48 inferior ao limite definido.

Neste montante está também considerada a contribuição das Participações do Município nas Associações de Municípios, em Empresas Locais, nas Empresas Participadas, na proporção da sua participação no capital social (nos casos em que o Resultado antes de impostos seja negativo).

No final do ano de 2014, contribuiu para o cálculo do endividamento líquido Municipal a COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, com o valor de € 41.267,59, a “AMEGA - Associação de Município para o Estudo e Gestão da Água”, com o valor de €



568,12 e a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o valor negativo de € 154.731,76. O Saldo das três contribuições é pois favorável ao Município em € 112.896,05.

Importa analisar em termos globais o evoluir do endividamento líquido do Município, e a aferição da sua redução.

Foram verificados os seguintes valores de endividamento líquido no final dos seguintes anos económicos:

Data	Valor Verificado	Valor em Cumprimento	Excesso /
31-12-2007	€ 9.460.469,02	Excedeu	€ 497.185,06
31-12-2008	€ 11.523.611,51	Excedeu	€ 3.077.868,13
31-12-2009	€ 12.992.999,94	Excedeu	€ 4.355.036,91
31-12-2010	€ 12.137.036,04	Excedeu	€ 2.765.996,42
31-12-2011	€ 11.674.824,30	Não Excedeu	€ 53.495,70
31-12-2012	€ 8.567.505,87	Não Excedeu	€ 3.107.318,13
31-12-2013	€ 8.286.528,11	Não Excedeu	€ 116.180,89
31-12-2014	€ 5.322.581,32	Não Excedeu	€ 3.693.414,48

Até ao ano de 2009 a tendência foi de aumento do endividamento líquido, sendo que no ano de 2010 se reduziu em € 855.963,90, em 2011 se reduziu € 462.211,74, no ano de 2012 se reduziu € 3.107.318,13 e no ano de 2013 se reduziu € 280.977,76.

No ano de 2014 continuamos numa tendência de redução do endividamento líquido, tendo-se verificado uma redução de € 2.963.946,79, relativamente ao ano anterior.

Previsão do Plano de Saneamento Financeiro

O valor indicado no plano de saneamento financeiro a atingir no final de 2014 é de € 6.849.570,00, pelo que no final do ano de 2014 o Município de Alcanena **superou o objetivo em € 1.526.988,68.**



CONCLUSÃO

No final do ano de 2014 verificou-se o seguinte:

- O Município de Alcanena **reduziu** o valor do Endividamento Líquido Municipal, no valor de € **2.963.946,79**, passando de € 8.286.528,11 para € 5.322.581,32;
- **Reduziu** a dívida a terceiros de médio longo prazo em € **1.724.812,54**;
- **Diminuiu** a dívida de terceiros de curto prazo em € **655.819,71**;
- **Aumentou** o Prazo médio de Pagamento a Fornecedores, passando dos 38 dias verificados em 31-12-2013 para **60 dias**, ficando acima do objetivo dos 40 dias;
- Reduziu o número de efetivos em **3 trabalhadores** e consequentes custos e despesas associadas;
- Obteve uma taxa de execução orçamental da receita de **87,16%**, tendo verificado 104,36% na receita corrente e 29,02% na receita de capital.

Apesar de nem todas as medidas de maximização da receita e de minimização da despesa terem sido implementadas até à presente data, foram implementadas a maioria das medidas pretendidas.

Tendo em consideração que o Endividamento Líquido no final dos anos de 2012 e 2013 foi superado, relativamente ao indicado aquando da elaboração do PSF, bem como no final do presente ano de 2014 e que tem ocorrido uma diminuição progressiva do passivo, quer a médio longo prazo, quer a curto prazo, é nosso entendimento que estamos a cumprir o objetivo pretendido com o Plano de Saneamento Financeiro, ou seja, a consolidação dos passivos financeiros, através do aumento das receitas e da diminuição das despesas.

Nos próximos anos continuaremos empenhados no seu acompanhamento com vista à implementação de algumas medidas ainda por executar, bem como no acentuar das medidas já implementadas.



Nesse propósito, foram, através de Ordem de Serviço n.º 19/P/2012 exarada pela Exma. Sr.^a Presidente da Câmara em 5 de novembro de 2012, atualizada através de Ordem de Serviço n.º 2/P/2014, de 20 de janeiro de 2014, designados responsáveis pelo acompanhamento das medidas apontadas no Plano de Saneamento Financeiro, para que elaborem relatórios de acompanhamento dessas medidas, com o objetivo de promover na cultura organizacional a colaboração e responsabilização nos resultados a obter no cumprimento deste importante plano.